

STATKRAFT ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Statkraft Energias Renováveis S.A. ("Companhia" ou "SKER"), com sede social em Florianópolis, Santa Catarina, tem por atividade principal a participação no capital social de empresas nas áreas de geração de energia elétrica, além da prestação de serviço de operação e manutenção.

A Companhia possui participação societária nas seguintes companhias operacionais, e também na Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. ("Enex"), que foi descontinuada em 2016. Em 21 de dezembro de 2018, a Companhia adquiriu 100% de participação das empresas Tamar Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A. (anteriormente denominada EDP Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A.) e Santa Fé Energia S.A, ampliando a representatividade do Grupo Statkraft no setor de energia do Brasil. Vide maiores informações na nota explicativa nº 13.

Companhia	Tipo	Participação Societária		
		2018	2017	
Eólicas:				
Energen Energias Renováveis S.A. ("Energen")	(a) Controlada direta	99,99%	99,99%	
Macaúbas Energética S.A. ("Macaúbas")	(a) Controlada direta	100,00%	100,00%	
Novo Horizonte Energética S.A. ("Novo Horizonte")	(a) Controlada direta	100,00%	100,00%	
Seabra Energética S.A. ("Seabra")	(a) Controlada direta	100,00%	100,00%	
Pequenas Centrais Hidrelétricas:				
Esmeralda S.A. ("Esmeralda")	(b) Controlada direta	100,00%	100,00%	
Santa Laura S.A. ("Santa Laura")	(b) Controlada direta	100,00%	100,00%	
Santa Rosa S.A. ("Santa Rosa")	(b) Controlada direta	100,00%	100,00%	
Moinho S.A. ("Moinho")	(c) Controlada direta	100,00%	100,00%	
Santa Fé Energia S.A. ("Santa Fé")	(c) Controlada direta	100,00%	0,00%	
Passos Maia Energética S.A. ("Passos Maia")	(c) Controlada em conjunto	50,00%	50,00%	
Usinas Hidrelétricas:				
Monel Monjolinho Energética S.A. ("Monel")	(d) Controlada direta	100,00%	100,00%	
Tamar Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A. ("Tamar")	(e) Controlada direta	100,00%	0,00%	
Usina Hidrelétrica Cubatão S.A. ("Cubatão")	(f) Outras participações	20,00%	20,00%	
Ceran - Companhia Energética Rio das Antas ("Ceran")	(f) Outras participações	5,00%	5,00%	
Dona Francisca Energética S.A. ("Dfesa")	(f) Outras participações	2,12%	2,12%	
Serviços de Operação e Manutenção (O&M):				
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda. ("Enex")	(g) Operação descontinuada	100,00%	100,00%	

- (a) Referem-se a controladas diretas da Companhia, sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parques eólicos específicos, localizado no Estados da Bahia e do Sergipe. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva - 2009 ("LER 2/2009").
- (b) Referem-se a controladas diretas da Companhia, sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica de Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs") localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Rio de Janeiro, respectivamente. Em regime de autorização, estes complexos têm toda a sua produção contratada com a Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras, no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA.

- (c) Referem-se a controladas diretas e controlada em conjunto da Companhia, respectivamente, sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica de Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs") localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Santa Catarina, respectivamente, atuando sobre o regime de autorização.
- (d) Refere-se a controlada direta da Companhia, sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social exclusivo a geração e comercialização de energia elétrica em Usina Hidrelétrica ("UHE") localizada no Estado de Santa Catarina. Em regime de autorização, este complexo possui a sua produção contratada com as distribuidoras que declararam demanda no Leilão de Energia Nova - 2011 ("LEN 2011 (A-3)").
- (e) Refere-se à controlada direta da Companhia, sociedade por ações de capital fechado, com objeto social de geração, transmissão e comercialização de energia; desenvolvimento e implementação de projetos; gerenciamento de ativos e consultoria na área de energia. As atividades de geração e comercialização se dividem em 6 Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs") e 1 Usinas Hidrelétrica ("UHE") localizadas no Estado do Espírito Santo. Neste contexto, temos 3 ativos atuando sobre o regime de autorização e os 5 demais sobre o regime de concessão. Apesar de parte do objeto social, a esta companhia não atuou em 2018 com atividades de transmissão de energia elétrica.
- (f) Referem-se a investimentos sem influência significativa, os quais são registrados a valor justo.
- (g) Refere-se a investimento descontinuado em 20 de dezembro de 2016, sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social a prestação de serviços a terceiros em contratos de Operação e Manutenção (nota explicativa nº 8).

A seguir encontram-se detalhes sobre as geradoras controladas e controlada em conjunto do Grupo (*):

Usina	Contrato	Portaria MME/Resolução ANEEL	Prazo de autorização	Capacidade de produção instalada MW	Garantia física MW médio
Eólicas ("EOL"):					
EOL Barra dos Coqueiros (Energen)	LER 2/2009	Portaria MME nº 617/2010	35 anos	34,5	10,5
EOL Macaúbas	LER 2/2009	Portaria MME nº 580/2010	35 anos	35,07	13,4
EOL Novo Horizonte	LER 2/2009	Portaria MME nº 673/2010	35 anos	30,06	10,97
EOL Seabra	LER 2/2009	Portaria MME nº 671/2010	35 anos	30,06	11,33
Hídricas:					
PCH Esmeralda	PROINFA	Res. ANEEL nº 605/2001	30 anos	22,2	12,32
PCH Santa Laura	PROINFA	Res. ANEEL nº 379/2000	30 anos	15	7,99
PCH Santa Rosa	PROINFA	Res. ANEEL nº 197/2001	30 anos	30	17,07
PCH Moinho	Cemig	Res. Autoriz. ANEEL nº 1.451/2008	30 anos	13,7	6,98
PCH Victor Batista Adami (Passos Maia)	Cemig	Res. Autoriz. ANEEL nº 68/2004	30 anos	25	13,7
UHE Monel Monjolinho	LEN 4/2006	Contrato de Concessão nº 18/2002	30 anos	74	41,7
UHE Suiça (Tamar)	EDP Com.	Contrato de Concessão nº 1/2014	30 anos	33,9	18,91
PCH Viçosa (Tamar)	ESCELSA	Res. ANEEL nº 111/1999	30 anos	4,5	2,52
PCH São João (Tamar)	ESCELSA	Res. ANEEL nº 110/1999	26 anos	25	12,95
PCH Alegre (Tamar)	ESCELSA	Contrato de Concessão nº 4/2013	30 anos	2,06	1,16
PCH Fruteiras (Tamar)	ESCELSA	Contrato de Concessão nº 4/2013	30 anos	8,74	5,56
PCH Jucu (Tamar)	ESCELSA	Contrato de Concessão nº 4/2013	30 anos	4,84	2,62
PCH Rio Bonito (Tamar)	CBR - ESCELSA/ CCEAR (1)	Contrato de Concessão nº 4/2013	30 anos	22,5	9,4
PCH Francisco Gros (Santa Fé)	CCEAR	Res. ANEEL nº 482/2001	30 anos	29	15,58

- (1) A PCH Rio Bonito possui contrato bilateral regulado ("CBR") firmado com a contraparte Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. ("ESCELSA") e também transações formalizadas por Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado ("CCEAR") firmado com diversas distribuidoras.

1.1. Liminar GSF ("Generation Scalling Fator")

A deficiência da geração hidrelétrica do sistema brasileiro elevou significativamente os pagamentos dos geradores hidrelétricos pela redução do GSF. Esse fato fez com que geradoras participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE entrassem com liminares para suspensão dos pagamentos desta natureza. Por conta destas liminares, os saldos de mercado de curto prazo referentes aos períodos entre julho de 2015 e fevereiro de 2018 das controladas UHE Monel e PCH Moinho encontravam-se protegidos do efeito controverso do MRE. Em 23 de outubro de 2018, ocorreu a cassação da liminar do GSF da APINE o qual derrubou a referida proteção e resultou em liquidação dos saldos anteriormente assegurados a partir de da competência fevereiro 2018. Os saldos referentes a este período foram liquidados pela CCEE em 11 de dezembro de 2018.

Já a liminar que protegia a controlada em conjunto PCH Passos Maia caiu em 15 de dezembro de 2017, com consequente liquidação em 09 de janeiro de 2018 da totalidade dos saldos anteriormente protegidos pela liminar.

Estas demonstrações foram aprovadas pela Administração em 8 de março de 2019.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo, sendo que tais políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS", emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As premissas para estas estimativas estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Consolidação

As seguintes definições ligadas às políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda ("impairment") do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

O procedimento de consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

As práticas contábeis adotadas para controladora e suas subsidiárias são consistentes.

(b) Transações com participações de não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por "impairment" acumulada.

(d) Principais eliminações para consolidação

Os principais saldos eliminados na consolidação são as receitas e custos de O&M (operação e manutenção) prestados pela controladora às suas controladas, saldos de contas a receber e pagar entre as empresas consolidadas, saldos de mútuos, saldos de investimentos contabilização por meio de equivalência patrimonial na controladora, e os patrimônios líquidos das controladas.

(e) Combinação de negócios

É o método contábil aplicado quando há ocorrência de aquisição de um negócio, conforme definição do CPC 15 Combinação de Negócios. Em uma combinação de negócios é requerido que os ativos identificáveis e passivos assumidos sejam mensurados ao seu valor justo à data da aquisição de controle, e que o preço de compra seja alocado conforme esta mensuração. Os valores justos de ativos excedentes aos valores de livro são classificados como "mais valia" no grupo de investimentos para fins da controladora, enquanto o valor não alocado pela mensuração dos ativos e passivos ao valor justo é classificado como "ágio".

2.3. Moedas funcionais e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo e da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Apresentações de informações por segmentos

O grupo não elabora informações por segmento, uma vez que atua preponderantemente na geração de energia elétrica por meio de contratos de longo prazo, que representam a totalidade da receita do Grupo nos anos de 2018 e 2017.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6. Ativos financeiros

2.6.1. Classificação

A administração classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

(a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, com a finalidade de receber fluxos de caixa contratuais e que deem origem em datas especificadas a pagamentos de principal e juros.

(b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, com a finalidade tanto de receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e também ativos que deem origem em datas especificadas a pagamentos de principal e juros.

(c) Custo amortizado

Os ativos cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento de principal e juros, e passivos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

2.6.2. Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários classificados como disponíveis para venda são reconhecidos no patrimônio.

As variações decorrentes dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente são apresentadas na demonstração de resultado abrangente do período em que ocorrem.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados entre si e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos sempre que há uma intenção da companhia em liquidá-los numa base líquida, ou realizar ainda o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4. "Impairment" de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de "impairment" são incorridos somente se há evidência objetiva de "impairment" como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por "impairment" é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por "impairment" é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o "impairment" com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por "impairment" diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o "impairment" ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Em caso de evidência objetiva de "impairment", o prejuízo acumulado - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por "impairment" sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo do instrumento de dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por "impairment" ter sido reconhecida no resultado, a perda por "impairment" é revertida por meio de demonstração do resultado.

Para investimentos em títulos patrimoniais, um significativo ou prolongado declínio no seu valor justo, abaixo do seu custo, é também uma evidência de que esses ativos estão deteriorados. Se qualquer evidência desse tipo existir para os investimentos em títulos patrimoniais, o prejuízo acumulado será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por "impairment" reconhecidas no resultado do exercício não são revertidas.

2.7. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber decorrentes de: (i) venda de energia elétrica contratada até a data das demonstrações financeiras; (ii) serviços prestados de consultoria e gerenciamento; (iii) serviços prestados de operação e manutenção operacional (O&M). Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD), se aplicável.

2.8. Demais ativos circulantes e não circulantes

Impostos a recuperar consistem, substancialmente, em créditos decorrentes de Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, imposto de renda e contribuição social (IRPJ e CSLL), decorrentes da retenção na fonte sobre serviços prestados, fornecimento de energia elétrica e outros, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias auferidas.

As despesas antecipadas, representadas pelos custos incorridos na contratação de Seguro Operacional e Risco Civil, são apropriados "pro rata temporis" ao longo do prazo de cobertura.

2.9. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo os encargos financeiros incorridos na fase de construção das usinas decorrentes do financiamento contratado, deduzido da sua depreciação calculada pelo método linear, considerando a vida útil técnica dos ativos imobilizados mencionadas na nota 14, limitadas ao prazo de concessão ou da autorização das usinas, quando aplicável.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia e suas empresas controladas. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil remanescente do ativo relacionado.

2.10. Intangível

(a) Ágio

O ágio ("goodwill") é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar alocação de perdas ("impairment"). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por "impairment". Perdas por "impairment" reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") para fins de teste de "impairment". A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

(b) Uso do bem público

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão contratado decorrente do contrato de concessão. É constituído pelo valor justo do direito relacionado com o uso do bem público (UBP) até o final do contrato de concessão e amortizado pelo correspondente prazo, a partir do início da operação comercial da usina.

2.11. Propriedades para investimento

O saldo apresentado no grupo de "propriedade para investimento" representa o valor justo dos investimentos realizados em terras pela Companhia. Anualmente, a companhia efetua a avaliação destes valores justos, que são ajustados contra o resultado caso diferenças sejam identificadas em relação à avaliação do ano anterior.

2.12. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13. Financiamentos e debêntures

Os financiamentos e debêntures tomados são reconhecidos contabilmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos e debêntures tomados são apresentados pelo custo, líquido dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

Os financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.14. Concessões a pagar

É registrado inicialmente ao valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, onde se considerou uma taxa de desconto de 9,50%.

2.15. Provisões, ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

As provisões para desmobilização de ativos, recuperação ambiental e ações judiciais (trabalhista, civil ou tributária), são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada ("constructive obligation") como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O Grupo é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia, com base em opinião de seus assessores jurídicos, quando necessário, e nos julgamentos da Administração.

2.16. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

2.16.1. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(a) Lucro real

O imposto de renda e a contribuição social, via de regra são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda se ultrapassado o limite tributável) e de 9% para a contribuição social.

(b) Lucro presumido

Conforme facultado pela legislação fiscal vigente, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

Os regimes aplicados a cada empresa do grupo podem ser verificados conforme detalhamento abaixo:

<u>Lucro presumido</u>	<u>Lucro real</u>
Energen Energias Renováveis S.A. Macaúbas Energética S.A. Novo Horizonte Energética S.A. Seabra Energética S.A. Esmeralda S.A. Santa Laura S.A. Santa Rosa S.A. Moinho S.A. Passos Maia Energética S.A. Santa Fé Energia S.A.	Monel Monjolinho Energética S.A. Statkraft Energias Renováveis S.A. Tamar Pequenas Centrais Hidrelétricas S.A.

2.16.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.17. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.18. Capital social

A companhia somente possui ações ordinárias, que são classificadas integralmente no patrimônio líquido.

2.19. Reconhecimento da receita

(a) Venda de energia elétrica

Estas receitas são reconhecidas quando o controle do bem é transferido para o comprador, que para este caso se refere a disponibilização da energia elétrica gerada no Sistema Integrado Nacional - SIN. Para aquelas usinas hídricas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE a receita é reconhecida conforme sua garantia física mensal alocada, independente da disponibilização de energia elétrica gerada no SIN. Contudo, caso os participantes do MRE não entreguem o volume de energia elétrica necessária para manutenção da garantia física de cada usina, há a aplicação do GSF ("Generation Scalling Factor"), que reduz a garantia física das usinas, e por consequência suas receitas.

(b) Venda da prestação de serviços de Operação e Manutenção - O&M

São reconhecidas quando ocorre a entrega da prestação de serviços de O&M verificando se os benefícios econômicos derivados desta operação fluirão para entidade. A mensuração ocorre tanto pelo método linear quanto por medição de estágio de execução, a depender da natureza de cada serviço prestado.

2.20. Benefícios a empregados

(a) Participação nos lucros e bônus

O grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia própria, que leva em conta o resultado obtido no período.

O pagamento de participação nos lucros e bônus constitui a remuneração variável e são embasados no alcance das metas individuais e objetivos empresariais.

2.21. Adoção de pronunciamentos contábeis orientações e interpretações novos e/ou revisados

- CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contratos com Clientes - implementação do CPC 47 - a partir de 1º de janeiro de 2018 passou a vigorar esta norma, ficando revogada a norma anterior CPC 30 (R1) - Receitas a partir da mesma data. O Grupo fez avaliação do impacto desta norma sobre seus contratos com clientes, e concluiu que não há mudanças no reconhecimento e mensuração das receitas quando comparadas as duas normas. Com relação à divulgação existem alterações com relação a desagregação, saldo, obrigação de desempenho, e preço de transação alocado das receitas de contratos de clientes que constam apresentados na nota explicativa nº 23.
- CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos Financeiros - também em 1º de janeiro de 2018 passou a vigorar a nova norma que versa sobre reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros. A companhia fez análise dos impactos desta norma quando comparada ao CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, e identificou que as práticas utilizadas até o fim da vigência da mesma permaneceram após a vigência do CPC 48 sem quaisquer alterações. O Grupo também efetuou análise dos impactos da implementação da nova norma e não foi identificada nenhuma alteração na mensuração e no reconhecimento dos instrumentos financeiros que ela possui.

O CPC 48 também trouxe a opção de reavaliação do reconhecimento dos instrumentos patrimoniais ao valor justo entre a demonstração do resultado e demonstração de resultados abrangentes. Para estes instrumentos, o Grupo optou em manter a abordagem de reconhecimento adotada até 2017, ou seja, as variações na mensuração do valor justo dos instrumentos patrimoniais tratados como instrumentos financeiros se mantêm reconhecido nas demonstrações de outros resultados abrangentes.

- CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Operações de Arrendamento Mercantil - A seguinte norma foi emitida pelo IASB/CPC mas não está em vigor para o exercício de 2018. Considerando as premissas de sua revisão, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. A Companhia concluiu a avaliação inicial do impacto em suas demonstrações financeiras e, considerando a abordagem consolidada, os contratos que se enquadram no escopo da revisão desta norma compreendem contratos de locação de veículos, arrendamentos de terras e locação de salas comerciais, destinados a viabilizar as atividades das plantas e demais atividades administrativas. Tais contratos têm prazos de duração entre 2 e 5 anos, exceto para os arrendamentos de terras onde o prazo se estende para mais de 5 anos, contêm cláusulas de revisão anual do valor de mercado do aluguel e a companhia não tem a opção de adquirir os ativos arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento.

A Companhia estima um impacto financeiro consolidado de R\$8.988 em valores nominais relativos aos pagamentos mínimos futuros de arrendamentos operacionais não canceláveis. A natureza das despesas geradas por esses contratos serão substituídas por um custo de depreciação linear e juros sobre obrigações de arrendamento estimados no decorrer do período de contrato num montante de R\$2.126 e R\$963, respectivamente. Foram mensurados ativos de direito de uso e correspondente passivos de arrendamentos no valor de R\$4.363 conforme categorias abaixo:

<u>Ativo</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Salas comerciais	968	968
Veículos	-	1.049
Terras	129	2.346
	<u>1.097</u>	<u>4.363</u>

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas contábeis das informações trimestrais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo.

a) Vida útil do ativo imobilizado

Com base em estudos técnicos, o Grupo reconhece a despesa de depreciação com base na vida útil técnica estimada para cada grupo de ativos imobilizados. Anualmente o grupo avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil. Até a data da emissão destas demonstrações o Grupo não identificou evidências de mudanças da vida útil dos ativos imobilizados à última avaliação técnica efetuada em setembro de 2017.

b) Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. O Grupo realiza a cada emissão de demonstrações financeiras, ou sempre que houver indicativos, uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pelo Grupo.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, o Grupo reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas "Imobilizado", "Intangível" e "Propriedades para investimento". O Grupo não encontrou indicativos de perda de recuperabilidade nos ativos para o exercício de 2018.

c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e análise de fluxos de caixa descontados.

O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

d) Custos de desmobilização dos parques eólicos

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; e (v) painéis elétricos e outros.

Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas.

Para o custo de montagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização de guindaste e mão de obra, além do custo diário para executar o serviço.

e) Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento dos seus assessores jurídicos e da administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

f) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais

Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais são reconhecidos com base na expectativa de lucro futuro das companhias que tais prejuízos. As expectativas são realizadas pela administração, e os tributos diferidos desta natureza recuperáveis em até 10 anos são reconhecidos.

g) Alocação de preço de compra advindo de combinações de negócios

Em uma transação de combinação de negócios é requerido que os ativos e passivos dos negócios adquiridos sejam registrados pelo seu valor justo. Para alguns ativos e passivos é necessário fazer o uso de técnicas de mensuração que envolvem o uso de julgamento e estimativas. As técnicas utilizadas e ajustes a a valor justo são apresentados em nota explicativa específica quando uma combinação de negócios é realizada.

4. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das empresas para oferecer retorno aos seus acionistas e outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, adequada para tal fim.

Os índices de alavancagem podem ser verificados conforme seguem:

	Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017
Total dos financiamentos	257.203	-
(-) caixa e equivalentes de caixa	(73.546)	(93.181)
Dívida líquida	183.657	(93.181)
Total do patrimônio líquido	1.225.805	779.390
Total do capital	1.409.462	686.209
Índice de alavancagem financeira - %	13,03	(13,58)

	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Total dos financiamentos	606.120	383.701
(-) caixa e equivalentes de caixa	261.171	183.324
(-) aplicação financeira restrita	43.021	42.914
Dívida líquida	301.928	157.463
Total do patrimônio líquido	1.225.812	779.397
Total do capital	1.527.740	936.860
Índice de alavancagem financeira - %	19,76	16,81

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Contas bancárias em moeda funcional	31	21	63.426	4.167
Aplicações financeiras com liquidez imediata	73.515	93.160	197.745	179.157
	73.546	93.181	261.171	183.324

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e Operações Compromissadas, com rentabilidade referenciada no CDI em condições competitivas de mercado, emitidos por instituições financeiras no Brasil. Estas aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer momento sem quaisquer restrições.

6. CONTAS A RECEBER

		Controladora		Consolidado	
		30.12.2018	31.12.2017	30.12.2018	31.12.2017
Fornecimento de energia elétrica	(i)	-	-	50.762	30.865
Saldo de mercado de curto prazo	(ii)	-	-	62.545	46.479
Geração excedente aos contratos CER	(iii)	-	-	43.112	40.835
Contas a receber partes relacionadas (iv)	(iv)	30.292	14.243	5.070	3.052
Outras contas a receber	(v)	300	-	300	-
Total		<u>30.592</u>	<u>14.243</u>	<u>161.789</u>	<u>121.231</u>
Apresentados como:					
Ativo Circulante		30.592	14.243	128.725	93.475
Ativo não circulante		-	-	33.064	27.756

- (i) Saldo de recebíveis de clientes pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no âmbito do PROINFA, da CCEE e outros terceiros, com prazo médio de vencimento de 35 dias.
- (ii) Saldo de recebíveis de fornecimento de energia elétrica liquidado no mercado de curto prazo;
- (iii) Saldo mantido no ativo não circulante do excedente de geração de energia entre 100% e 130% ao montante contratado pelo Contrato de Energia de Reserva - CER mantido com a CCEE nas subsidiárias que compõem os parques eólicos do Grupo Statkraft, que é recebido ao final da apuração de cada quadriênio, quando os saldos são transferidos gradativamente para o curto prazo, conforme expectativa de realização de caixa e atualizados pelo índice IPCA. Já a geração acima de 130% é classificada no curto prazo, conforme expectativa de realização nos próximos 12 meses.
- (iv) Saldos de contas a receber com partes relacionadas, serviço de administração do proprietário e serviços de O&M (operação e manutenção) das controladas e controlada em conjunto.
- (v) Outros saldos de contas a receber oriundos da venda de propriedade para investimentos.

7. REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO (CONSOLIDADO)

Por conta do período de hidrologia adverso de 2015, em 11 de dezembro de 2015 a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 684, que estabelece os critérios para anuência e demais condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica por agentes participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. Em 17 de Dezembro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia decidiu pela adesão à proposta para as PCHs Esmeralda, Santa Laura e Santa Rosa II, todas contratadas no âmbito do PROINFA. A classe de produto optado foi o SP100 o qual transfere 100% do risco hidrológico à distribuidora.

As empresas Tamar PCH e Santa Fé também aderiram às condições de repactuação do risco hidrológico protegendo-se de 94% e 92% respectivamente da exposição ao risco do GSF.

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Circulante	3.049	3.731
Não circulante	<u>5.302</u>	<u>1.972</u>
	<u>8.351</u>	<u>5.703</u>

8. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

O Grupo Statkraft não possui como "core business" a prestação de serviços a terceiros, sendo o foco deste apenas geração de energia elétrica através de fontes renováveis. Neste sentido, a Companhia entendeu por bem realizar a cessão dos contratos de Operação e Manutenção da subsidiária Enex a terceiros (sob anuência de seus clientes), a fim de que as atividades de operação e manutenção passassem a ser realizadas exclusivamente para as usinas deste Grupo Econômico. Desta forma, após processo seletivo, foi firmado em 20 de dezembro de 2016 contrato com empresa do setor, contemplando a: (i) transferência de contratos de O&M firmados com terceiros; (ii) a transferência de empregados da Sociedade para a cessionária; e (iii) a venda dos bens e equipamentos alocados nas usinas para a prestação de serviços à terceiros, passando a Enex a não mais deter qualquer relação comercial com terceiros.

As análises do resultado de operações descontinuadas, representadas unicamente pelos resultados da subsidiária Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda., são apresentadas a seguir:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Receita líquida	-	1.099
Custo do serviço prestados	-	(894)
Despesas gerais e administrativas	(1.053)	(1.921)
Outros resultados	1.211	490
Resultado financeiro	42	276
Imposto de renda e contribuição social	-	(2.077)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>200</u>	<u>(3.027)</u>

O saldo de valor justo destas operações está apresentado no balanço patrimonial na rubrica "Operações descontinuadas" no valor de R\$1.896 (em 31 de dezembro de 2017, R\$903 negativo, apresentado na rubrica "Provisão para perda em investimento").

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS (CONSOLIDADO)

Por força dos contratos de financiamentos firmados com o BNDES para custeio das obras das PCHs Esmeralda, Moinho e da UHE Monel, bem como com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") para o custeio das obras das Usinas Eólicas Novo Horizonte, Seabra e Macaúbas, tais empresas devem manter saldos em conta corrente remunerada, ou de aplicação financeira, denominada "conta reserva", com recursos suficientes para o pagamento, a qualquer momento, do equivalente à soma das últimas três parcelas mensais, no mínimo, de principal, juros e demais despesas acessórias, valor esse que permanecerá bloqueado durante todo o prazo de amortização do referido contrato de financiamento (nota explicativa nº 18).

As aplicações financeiras restritas estão basicamente com os seguintes bancos: Banco Itaú S.A., Bradesco S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A. e Banco do Brasil S.A., com rentabilidade referenciada no CDI.

As movimentações das aplicações financeiras restritas do ativo não circulante podem ser assim demonstradas:

	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
No início do exercício	42.914	91.123
Aplicações	-	1.659
Rendimentos líquidos de impostos	2.374	6.425
Resgates	(2.267)	(56.293)
No final do período/exercício	<u>43.021</u>	<u>42.914</u>

10. PARTES RELACIONADAS

As operações são prestadas em condições específicas acordadas entre as partes. Os saldos patrimoniais são demonstrados ao final dos exercícios conforme abaixo:

		Controladora		Consolidado	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Ativo circulante					
Contas a receber:					
Energen S.A.	(i)	2.398	1.434	-	-
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	(i)	300	125	300	125
Esmeralda S.A.	(i)	2.846	1.139	-	-
Macaúbas Energética S.A.	(i)	2.382	844	-	-
Moinho S.A.	(i)	3.558	2.010	-	-
Monel Monjolinho Energética S.A.	(i)	4.134	1.711	-	-
Novo Horizonte Energética S.A.	(i)	1.901	650	-	-
Passos Maia Energética S.A.	(i)	2.929	1.166	2.929	1.166
Santa Laura S.A.	(i)	2.445	1.174	-	-
Santa Rosa S.A.	(i)	3.499	1.514	-	-
Seabra Energética S.A.	(i)	2.061	715	-	-
Statkraft Investimentos Ltda.	(ii)	278	11	278	11
Statkraft Chile Ltda.	(ii)	-	821	-	821
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	(ii)	1.224	885	1.224	885
Statkraft Peru	(ii)	-	44	-	44
Statkraft AS	(ii)	238	-	240	-
NSL Tidong Power Generation	(ii)	99	-	99	-
		30.292	14.243	5.070	3.052
Dividendos a receber:					
Esmeralda S.A.		5.400	19.477	-	-
Macaúbas Energética S.A.		1.246	3.738	-	-
Moinho S.A.		46	7.876	-	-
Monel Monjolinho Energética S.A.		615	1.836	-	-
Novo Horizonte Energética S.A.		1.919	2.814	-	-
Passos Maia Energética S.A.		1.350	5.495	1.350	5.495
Seabra Energética S.A.		1.865	2.718	-	-
Santa Laura S.A.		2.834	10.500	-	-
Santa Rosa S.A.		6.010	3.398	-	-
Santa Fé Energia S.A.		4.876	-	-	-
Tamar Pequenas Centrais Hidrelétricas S.A.		7.096	-	-	-
		33.257	57.852	1.350	5.495

		Controladora		Consolidado	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Ativo não circulante					
Mútuos					
Energen Energias Renováveis S.A.	(iii)	180	180	-	-
Macaúbas Energética S.A.	(iii)	-	10.019	-	-
Santa Rosa S.A.	(iii)	-	14.350	-	-
FUNCEF	(iv)	2.352	6.445	2.352	6.445
Água Quente Ltda.	(iv)	3.956	3.145	3.955	3.145
Bom Retiro S.A.	(iv)	2.175	1.967	2.175	1.967
Provisão para perdas estimadas com créditos	(v)	(6.130)	(5.112)	(6.130)	(5.112)
		<u>2.533</u>	<u>30.994</u>	<u>2.352</u>	<u>6.445</u>
Total do ativo		<u>66.082</u>	<u>103.089</u>	<u>8.772</u>	<u>14.992</u>
Passivo circulante:					
Partes relacionadas					
Statkraft AS	(vi)	970	272	970	2.819
Statkraft investimentos Ltda.	(vii)	51.923	50.512	51.939	50.512
		<u>52.893</u>	<u>50.784</u>	<u>52.909</u>	<u>53.331</u>
Dividendos a pagar:					
Statkraft investimentos Ltda.		14.412	1.623	14.412	1.623
FUNCEF		<u>3.313</u>	<u>373</u>	<u>3.313</u>	<u>373</u>
Total dividendos a pagar		<u>17.725</u>	<u>1.996</u>	<u>17.725</u>	<u>1.996</u>
Total do passivo		<u>70.618</u>	<u>52.780</u>	<u>70.634</u>	<u>55.327</u>

- (i) Saldos a receber pela prestação de serviços compartilhados e serviços de O&M (operação e manutenção) entre controladora e suas investidas no Brasil.
- (ii) Saldos a receber de partes relacionadas no Brasil e no exterior.
- (iii) Saldo a receber de venda de créditos tributários pela controladora às suas subsidiárias conforme previsão do Programa de Regularização Tributária.
- (iv) Saldo de mútuo entre a controladora e controlada liquidado durante o segundo trimestre de 2018.
- (v) Saldo de mútuos mantidos com outras partes relacionadas. Houve liquidação parcial do saldo de mútuos com a acionista FUNCEF no valor de R\$4.358 com dividendos (nota explicativa nº 22.b) e nota explicativa nº 32).
- (vi) Provisão para perda ao valor recuperável de saldos de mútuos com outras partes relacionadas.
- (vii) Saldos a pagar referente serviço tomado de outras partes relacionadas.
- (viii) Saldo de mútuo devido pela Companhia a acionista Statkraft Investimentos Ltda., conforme aprovado em reunião prévia de acionistas na data 2 de agosto de 2017 e saldo a pagar de garantias financeiras tomadas.

A seguir as transações ocorridas no período:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Receita bruta de prestação de serviços				
Enex O&M de Sistemas Elétricos Ltda.	20	-	20	-
Energen Energias Renováveis S.A	1.498	509	-	-
Esmeralda S.A.	1.781	1.073	-	-
Macaúbas Energética S.A.	1.550	844	-	-
Moinho S.A.	1.741	898	-	-
Monel Monjolinho Energética S.A.	2.507	1.632	-	-
Novo Horizonte Energética S.A.	1.258	650	-	-
Passos Maia Energética S.A.	1.167	1.098	1.167	1.098
Santa Laura S.A.	1.579	873	-	-
Santa Rosa S.A.	2.212	1.297	-	-
Statkraft Chile Inverciones Eléctricas Ltda.	-	928	-	928
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	1.231	1.494	1.231	1.494
Statkraft Investimentos Ltda.	279	-	279	-
Statkraft Peru	-	127	-	127
Statkraft AS	201	-	201	-
Seabra Energética S.A.	1.354	715	-	-
NSL Tidong Power Generation	99	-	99	-
	<u>18.457</u>	<u>12.138</u>	<u>2.997</u>	<u>3.647</u>
	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Despesas com prestação de serviços:				
Statkraft Investimentos Ltda.	(22)	-	(22)	-
Statkraft AS	(1.273)	-	(1.273)	-
	<u>(1.295)</u>	<u>-</u>	<u>(1.295)</u>	<u>-</u>
Receitas financeiras:				
Com mútuos				
Santa Rosa S.A.	399	-	-	-
Funcef	272	113	272	113
	<u>671</u>	<u>113</u>	<u>272</u>	<u>113</u>
Despesas financeiras:				
Com mútuos:				
Statkraft Investimentos Ltda.	(1.658)	(10.442)	(1.658)	(10.442)

10.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração, que inclui os conselheiros e diretores estatutários, totalizou R\$6.524 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e R\$6.792 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, correspondendo a benefícios de curto prazo e encargos previdenciários. A Companhia não possui pessoal-chave que não seja estatutário, e também não possui planos de remuneração pós-emprego, de rescisão, ou baseada em ação ou outros benefícios de longo prazo.

11. INVESTIMENTOS AO VALOR JUSTO

Os respectivos investimentos abaixo estão relacionados a entidades sobre as quais a Companhia não possui influência significativa nos seus respectivos negócios e são reconhecidos a valor justo:

<u>Outras participações</u>	<u>Participação - %</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Companhia Energética Rio das Antas - CERAN	5,00	40.824	55.080
Dona Francisca Energética S.A. - DFESA	2,12	7.862	8.336
		<u>48.686</u>	<u>63.416</u>

A Companhia também possui 20% de participação na Usina Hidrelétrica Cubatão S.A. que também é mensurada ao valor justo. Este investimento encontra-se atualmente em fase pré-operacional, sem previsão para início das operações. Os valores justos mensurados para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2018 e o exercício de 31 de dezembro de 2017 são zero.

Nos anos de 2018 e 2017, foram recebidos dividendos dos investimentos acima nos montantes de R\$4.932 e R\$14.305 respectivamente e reconhecidos no resultado de cada exercício.

A movimentação dos investimentos controlados ao valor justo é assim demonstrada:

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Em 1º de janeiro de 2017	79.462
Ajuste de avaliação patrimonial (*)	<u>(16.046)</u>
Em 31 de dezembro de 2017	63.416
Ajuste de avaliação patrimonial (*)	<u>(14.730)</u>
Em 31 de dezembro de 2018	<u>48.686</u>

- (*) A movimentação do ajuste de avaliação patrimonial apresentada nesta nota explicativa está bruta dos tributos diferidos, sendo o montante líquido, em 31 de dezembro de 2018, R\$9.721 negativo (em 31 de dezembro de 2017, R\$988 positivo).

12. INVESTIMENTOS

A composição e movimentação dos investimentos em empresas controladas e controladas em conjunto são assim demonstradas:

	31.12.2017	Resultado de equivalência patrimonial		Dividendos destinados	Reversão dividendos adicionais 2017	Aquisição de controladas (ii)	Outras movimentações em investimentos (iii)	31.12.2018
		Resultado do exercício	Amortização de juros capitalizados (i)					
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	20.606	5.683	-	(1.349)	1.511	-	-	26.451
Total consolidado	20.606	5.683	-	(1.349)	1.511	-	-	26.451
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	20.606	5.683	-	(1.349)	1.511	-	3.541	29.992
Energen Energias Renováveis S.A.	97.782	6.523	(57)	-	-	-	-	104.248
Esmeralda S.A.	28.645	22.737	-	(5.400)	1.726	-	-	47.720
Macaúbas Energética S.A.	54.391	5.245	(60)	(3.301)	1.003	-	-	57.278
Moinho S.A.	34.783	4.785	(27)	(46)	6.377	-	-	45.940
Monel Monjolinho Energética S.A.	117.937	2.589	-	(615)	-	-	-	120.003
Novo Horizonte Energética S.A.	53.443	8.078	(68)	(12.555)	-	-	-	48.898
Santa Laura S.A.	31.557	11.932	-	(12.714)	8.880	-	-	39.671
Santa Rosa S.A.	74.780	25.307	-	(16.512)	-	-	-	83.655
Seabra Energética S.A.	55.272	7.855	(51)	(14.175)	-	-	-	48.901
Santa Fé Energia S.A.	-	-	-	(4.877)	-	275.730	42.773	313.626
Tamar Pequenas Centrais Hidrelétricas S.A.	-	-	-	(7.096)	-	325.030	150.000	467.934
Total controladora	569.196	100.734	(263)	(78.640)	19.497	600.760	196.314	1.407.866

	Resultado de equivalência patrimonial						31.12.2017
	31.12.2016	Resultado do exercício	Amortização de juros capitalizados (i)	Realização de lucros não realizados (i)	Dividendos destinados	Aporte de capital	
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	28.692	(2.590)	-	-	(5.496)	-	20.606
Total consolidado	28.692	(2.590)	-	-	(5.496)	-	20.606
Passos Maia Energética S.A. (controlada em conjunto)	28.692	(2.590)	-	-	(5.496)	-	20.606
Energen Energias Renováveis S.A.	108.073	(16.234)	(57)	-	-	6.000	97.782
Esmeralda S.A.	51.308	9.802	-	12	(32.477)	-	28.645
Macaúbas Energética S.A.	42.480	15.708	(60)	-	(3.737)	-	54.391
Moinho S.A.	44.984	(7.713)	(25)	68	(2.531)	-	34.783
Monel Monjolinho Energética S.A.	142.105	7.772	-	92	(32.032)	-	117.937
Novo Horizonte Energética S.A.	51.451	11.875	(68)	-	(9.815)	-	53.443
Santa Laura S.A.	35.214	6.827	-	16	(10.500)	-	31.557
Santa Rosa S.A.	63.749	14.347	-	80	(3.396)	-	74.780
Seabra Energética S.A.	53.228	11.420	153	-	(9.529)	-	55.272
Total controladora	621.284	51.214	(57)	268	(109.513)	6.000	569.196

- (i) Amortização de serviços e juros capitalizados durante o período de implantação das subsidiárias, realizada conforme vida útil dos ativos.
- (ii) Aquisição de 100% de participação nas empresas Tamar Pequenas Centrais Hidrelétricas S.A. e Santa Fé Energia S.A. em 21 de dezembro de 2018 conforme combinação de negócios detalhada na nota explicativa 13.
- (iii) Compreende o saldo de 3.541 de ágio por expectativa de rentabilidade futura da controlada em conjunto Passos Maia e 150.000 referente ao aporte de capital realizado para controlada direta Tamar PCH, e 42.773 referente ágio na aquisição da controlada Santa Fé.

As principais informações das participações societárias mantidas estão resumidas a seguir:

31 de dezembro de 2018	Participação no capital social - %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Equivalência patrimonial ajustada com os lucros realizados dos ativos
Empresas controladas:						
Energen Energias Renováveis S.A.	99,99	109.843	7.077	96.243	6.523	6.466
Esmeralda S.A.	100,00	75.894	24.400	28.756	22.737	22.749
Macaúbas Energética S.A.	100,00	147.143	90.164	51.734	5.245	5.185
Moinho S.A.	100,00	99.476	56.579	38.113	4.785	4.826
Monel Monjolinho Energética S.A.	100,00	380.648	258.289	119.771	2.589	2.681
Novo Horizonte Energética S.A.	100,00	128.245	79.189	40.978	8.078	8.010
Santa Laura S.A.	100,00	57.319	14.655	30.733	11.932	11.948
Santa Rosa S.A.	100,00	117.226	26.448	65.472	25.307	25.387
Seabra Energética S.A.	100,00	127.797	78.344	41.598	7.855	7.804
Tamar Pequenas Centrais Hidrelétricas S.A. (*)	100,00	151.616	6.323	115.414	29.879	-
Santa Fé Energia S.A. (*)	100,00	271.756	26.060	225.163	20.533	-
Participação nos lucros de controladas						<u>95.056</u>
Empresa controlada em conjunto:						
Passos Maia Energética S.A.	50,00	114.679	59.078	44.236	11.365	<u>5.683</u>
Participação nos lucros de coligadas						<u>5.683</u>
Participação total nos lucros de coligadas e controladas						<u><u>100.739</u></u>

(*) Não foram reconhecidos resultados de equivalência patrimonial no exercício de 2018 para as empresas Tamar PCH e Santa Fé conforme detalhamento da nota explicativa nº 13.

31 de dezembro de 2017	Participação no capital social - %	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Equivalência patrimonial ajustada com os lucros realizados dos ativos
Empresas controladas:						
Energen Energias Renováveis S.A.	99,99	103.473	23.491	96.243	(16.261)	(16.205)
Esmeralda S.A.	100,00	71.585	30.701	31.088	9.796	9.808
Macaúbas Energética S.A.	100,00	159.559	87.297	56.523	15.738	15.738
Moinho S.A.	100,00	96.740	70.247	34.225	(7.732)	(7.664)
Monel Monjolinho Energética S.A.	100,00	376.432	248.977	119.727	7.729	7.821
Novo Horizonte Energética S.A.	100,00	135.988	69.711	54.428	11.849	11.849
Santa Laura S.A.	100,00	53.230	13.241	33.169	6.820	6.836
Santa Rosa S.A.	100,00	113.729	21.284	78.137	14.307	14.387
Seabra Energética S.A.	100,00	136.733	68.662	56.626	11.445	11.445
Participação nos lucros de controladas						<u>54.015</u>
Empresa controlada em conjunto:						
Passos Maia Energética S.A.	50,00	128.993	113.565	20.607	(5.179)	<u>(2.590)</u>
Participação nos lucros de coligadas						<u>(2.590)</u>
Participação total nos lucros de coligadas e controladas						<u><u>51.425</u></u>

13. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

13.1. Contexto geral

A Companhia adquiriu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, 100% da participação das empresas Tamar Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A. (anteriormente denominada EDP Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A.) e Santa Fé Energia S.A. O principal objetivo da Companhia com a aquisição desses negócios está alinhado com a estratégia da Statkraft de desenvolver portfólios flexíveis de geração com aquisições seletivas em mercados priorizados e ampliar sua representatividade no setor de geração de energia no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2018, os trabalhos de especialistas avaliadores contratados para determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos na aquisição, incluindo-se a alocação do preço de compra e apuração do ágio, de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios (IFRS 3), não haviam sido concluídos.

A Companhia tem até um ano (período de mensuração) para ajustar os valores provisórios reconhecidos inicialmente, na data de aquisição, de forma retrospectiva à medida que se obtenha informações necessárias para mensurar o valor justo dos ativos e passivos, conforme previsto no CPC 15 (R1) e IFRS 3 combinações de negócios.

Seguindo a literatura do item 45 do CPC 15/IFRS 3, a Companhia divulga de forma provisória, os valores apurados até o momento com base em suas melhores estimativas, referente a combinação de negócio para a aquisição das Companhias Tamar PCH e Santa Fé. A Companhia está dentro do período de mensuração estipulado pelo CPC 15/IFRS 3 e caso sejam identificados ajustes, estes serão realizados de forma retrospectiva e seus efeitos serão devidamente divulgados.

Tamar Pequenas Centrais Hidroelétrica S.A.

Em 21 de dezembro de 2018, foi implementado o fechamento da operação referenciada no Contrato de compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado no dia 25 de outubro de 2018, assinado pela Companhia e EDP – Energias do Brasil S.A., resultando, portanto, na aquisição direta pela Companhia de 100% das ações de emissão da Tamar Pequenas Centrais Hidroelétricas, anteriormente detidas pela EDP – Energias do Brasil S.A.

A Tamar Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A. ("Tamar PCH"), é uma sociedade anônima por ações de capital fechado, anteriormente controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. constituída em 2 de janeiro de 2015, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina. A Companhia tem como principal atividade a geração de energia elétrica compondo seus objetos sociais os quais podem ser assim descritos: (i) atividades de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza; (ii) estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades; (iii) gerir ativos de geração de energia; (iv) implementar os meios necessários à operação, manutenção e exploração dos projetos de geração de energia, em suas diversas formas e modalidades; e (v) prestar serviços de assessoria, consultoria, engenharia, gerenciamento de projetos, operação e manutenção na área de energia, a clientes no Brasil e/ou exterior. Apesar do objeto social amplo a companhia atua efetivamente na geração e comercialização de energia elétrica.

A Companhia possui junto à ANEEL, as seguintes concessões e autorizações de geração em operação:

Usinas	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade Instalada (MW)	Energia assegurada (MW)	Concessão/ Autorização	
						Início	Termino
UHE Suíça	Produtor Independente	Concessão	ES	33,9	18,91	14/07/1995	16/07/2025
PCH Viçosa	Produtor Independente	Autorização	ES	4,5	2,52	19/05/1999	19/05/2029
PCH São João	Produtor Independente	Autorização	ES	25	12,95	19/05/1999	16/07/2025
PCH Alegre	Produtor Independente	Concessão	ES	2,06	1,16	14/07/1995	16/07/2025
PCH Fruteiras	Produtor Independente	Concessão	ES	8,74	5,56	14/07/1995	16/07/2025
PCH Jucu	Produtor Independente	Concessão	ES	4,84	2,62	14/07/1995	16/07/2025
PCH Rio Bonito	Produtor Independente	Concessão	ES	22,5	9,4	14/07/1995	16/07/2025

Santa Fé Energia S.A.

Em 21 de dezembro de 2018, foi implementado o fechamento da operação referenciada no contrato de Compra e Venda de Ações e outras Avenças celebrado no dia 25 de outubro de 2018, assinado pela Companhia e EDP – Energias do Brasil S.A., resultando portanto na aquisição direta pela Companhia de 100% das ações da Santa Fé Energia S.A. anteriormente detidas pela EDP – Energias do Brasil S.A.

A Santa Fé Energia S.A. ("Santa Fé"), constituída em 30 de maio de 2007, sociedade anônima por ações de capital fechado, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina, controlada anteriormente pela da EDP - Energias do Brasil S.A. tem como principal atividade a geração de energia elétrica compondo seu objeto social que pode ser discriminado da seguinte forma: atuação na realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de aproveitamentos hidráulicos e de usinas térmicas e linhas de transmissão de energia elétrica; comercialização da energia gerada por esses e outros empreendimentos; práticas de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades; e participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios como acionistas. Apesar do objeto social brando a companhia atua efetivamente na geração e comercialização de energia elétrica.

Por meio da Resolução Autorizativa da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 482/01, a Companhia é titular exclusiva de autorização para atuar como Produtor Independente de Energia Elétrica mediante a exploração do potencial hidráulico denominado Francisco Gros, caracterizada como Pequena Central Hidrelétrica – PCH, localizada no município de Alegre, Estado do Espírito Santo.

Usina	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade instalada (MW)	Energia assegurada (MW)	Autorização	
						Início	Fim
Francisco Gros	Produtor Independente	Autorização	ES	29	15,58	13/11/2001	13/11/2031

13.2. Contraprestação transferida

O valor da aquisição acordado da Tamar Pequenas Centrais Hidroelétricas e Santa Fé, foi de R\$600.760, que foi composto de: (i) R\$704.000 (R\$440.000 Tamar PCH e R\$264.000 Santa Fé); (ii) ajuste redutor do preço no montante de R\$89.123 referente a dívida líquida (redução de R\$101.579 para Tamar PCH e acréscimo de R\$12.456 para Santa Fé) e (iii) ajuste redutor de preço de R\$14.117, referente a ajuste de capital de giro (R\$13.390 para Tamar PCH e R\$727 para Santa Fé).

	Tamar PCH	Santa fé	Total
Valor de aquisição	440.000	264.000	704.000
(-)/(+) Dívida líquida	(101.579)	12.456	(89.123)
(-) Capital de giro	(13.391)	(726)	(14.117)
Contraprestação transferida	<u>325.030</u>	<u>275.730</u>	<u>600.760</u>

13.3. Alocação preliminar da contraprestação

A combinação de negócio foi contabilizada utilizando o método de aquisição. O custo da aquisição foi mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data da aquisição.

Abaixo segue o resumo dos ativos adquiridos e passivos assumidos em bases provisórias, considerando o balanço patrimonial da Tamar Pequenas Centrais Hidroelétricas e Santa Fé Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, e os ajustes do valor justo estimados até 31 de dezembro de 2018.

	Tamar PCH			Santa Fé		
	Valor contábil	Ajuste a valor Justo	Valor justo	Valor contábil	Ajuste a valor justo	Valor justo
Ativos:						
Caixa e equivalente de caixa	54.401	-	54.401	12.510	-	12.510
Contas a receber	15.361	-	15.361	4.098	-	4.098
Imobilizado (*)	194.991	223.972	418.963	129.411	49.383	178.794
Intangível	2.730	-	2.730	597	-	597
Contratos de concessão de energia (**)	-	-	-	-	76.419	76.419
Outros ativos	10.086	(1.732)	8.354	5.000	(242)	4.759
	<u>277.569</u>	<u>222.240</u>	<u>499.809</u>	<u>151.616</u>	<u>125.560</u>	<u>277.177</u>
Passivos:						
Fornecedores	(992)	-	(992)	(241)	-	(241)
Tributos diferidos	-	-	-	-	(42.773)	(42.773)
Imposto e contribuição social (***)	(12.101)	-	(12.101)	(527)	-	(527)
Empréstimo	(155.813)	-	(155.813)	-	-	-
Outras contas a pagar	(5.873)	-	(5.873)	(678)	-	(678)
	<u>(174.779)</u>	<u>-</u>	<u>(174.779)</u>	<u>(1.446)</u>	<u>(42.773)</u>	<u>(44.219)</u>
Ativos líquidos adquiridos	<u>102.790</u>	<u>222.240</u>	<u>325.030</u>	<u>150.170</u>	<u>82.787</u>	<u>232.958</u>

(*) Mais valia dos ativos líquidos adquiridos, calculado de forma preliminar por empresa de avaliação independente.

(**) Mais valia do contrato de concessão/autorização junto ao poder concedente, calculado de forma preliminar por empresa de avaliação independente.

(***) Imposto de renda e contribuição social sobre saldos de mais valia reconhecidos conforme expectativa de realização.

O ativo imobilizado da adquirida na data de aquisição era composto majoritariamente por terrenos, imóveis, máquinas e equipamentos. O ativo intangível refere-se a valores atribuídos aos direitos de exploração adquiridos pelos contratos de concessão e autorização.

A Companhia determinou preliminarmente um ágio de R\$42.773 para Santa Fé da seguinte forma:

	<u>Tamar PCH</u>	<u>Santa Fé</u>	<u>Total</u>
Contraprestação transferida	325.030	275.730	600.760
Patrimônio líquido	102.790	150.170	252.960
Ajuste a valor Justo	<u>222.240</u>	<u>82.787</u>	<u>305.027</u>
Ativo líquido adquiridos	325.030	232.957	557.987
Ágio	<u>-</u>	<u>42.773</u>	<u>42.773</u>

13.4. Outras informações

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o lucro líquido consolidado da Companhia não foi impactado pelos resultados da Tamar PCH e da Santa Fé. A Companhia avaliou o resultado compreendido pelo período de 21 a 31 de dezembro de 2018 e não foram identificados impactos relevantes.

Adicionalmente, apresentamos também a informação “pro forma” para fins demonstrativos de qual teria sido a receita líquida de vendas e serviços e o lucro líquido do exercício caso as aquisições da Tamar PCH e Santa Fé tivessem ocorrido em 1º de janeiro de 2018, porém, tal apresentação não pretende ser indicativa do que teria ocorrido se a aquisição tivesse sido concluída nessa data, não sendo necessariamente indicativo dos resultados operacionais futuros. O quadro a seguir apresenta a informação consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2018, como se a aquisição tivesse sido concluída em 1º. de janeiro de 2018:

Receita líquida de vendas e serviços	464.020
Lucro líquido do exercício	125.044

14. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

	Terrenos	Reservatório, barragens e adutoras	Ferramentas, maquinas e equipamentos	Linhas de transmissão	Aerogeradores	Veículos	Móveis e utensílios	Edifícios	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	11.788	304.159	150.929	6.526	435.058	6	4.124	39.276	20.441	972.307
Custo histórico	15.305	425.025	217.535	8.430	547.967	21	5.644	54.859	20.441	1.295.227
Depreciação acumulada	(3.290)	(120.866)	(66.580)	(1.821)	(106.848)	(15)	(1.520)	(15.580)	-	(316.520)
Redução do valor recuperável dos ativos	(227)	-	(26)	(83)	(6.061)	-	-	(3)	-	(6.400)
Adições	-	-	-	-	9.674	-	-	-	18.666	28.340
Baixas	(19)	-	(240)	-	(2.419)	-	-	-	(1.702)	(4.380)
Transferências	-	6.578	10.028	-	3.381	-	1.323	76	(21.386)	-
Depreciação	(835)	(17.314)	(9.420)	(337)	(26.061)	(2)	(638)	(2.202)	-	(56.809)
Redução do valor recuperável dos ativos	(452)	-	(53)	(165)	(12.079)	-	-	(5)	-	(12.754)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	10.482	293.423	151.244	6.024	407.554	4	4.809	37.145	16.019	926.704
Custo histórico	15.286	431.603	227.323	8.430	559.145	21	6.967	54.935	16.019	1.319.729
Depreciação acumulada	(4.125)	(138.180)	(76.000)	(2.158)	(133.449)	(17)	(2.158)	(17.782)	-	(373.869)
Redução do valor recuperável dos ativos	(679)	-	(79)	(248)	(18.142)	-	-	(8)	-	(19.156)
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	3.725	3.725
Baixas custo	-	-	(244)	-	-	(8)	(55)	-	(1.815)	(2.122)
Baixas depreciação	-	-	126	-	-	7	25	-	-	158
Transferências almoxarifado	-	-	-	-	-	-	-	-	2.316	2.316
Transferências custo	-	874	(3.323)	2.216	2.427	116	2.031	(287)	(4.054)	-
Transferências depreciação	(87)	(399)	588	(332)	358	-	(156)	28	-	-
Aquisição de controlada ao valor justo	5.380	287.894	238.498	9.086	-	777	6.002	49.919	3.356	600.912
Depreciação	(699)	(17.488)	(9.983)	(407)	(31.364)	(9)	(1.102)	(2.192)	-	(63.244)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	15.076	564.304	376.906	16.587	378.975	887	11.554	84.613	19.547	1.468.449
Custo histórico	20.666	720.371	462.254	19.732	561.572	906	14.945	104.567	19.547	1.924.560
Depreciação acumulada	(4.911)	(156.067)	(85.269)	(2.897)	(164.457)	(19)	(3.391)	(19.946)	-	(436.957)
Redução do valor recuperável dos ativos	(679)	-	(79)	(248)	(18.140)	-	-	(8)	-	(19.154)
Taxa média depreciação anual - %	5,1	4,1	4,2	6,9	5,5	20,0	14,0	4,0	-	-

(*) A provisão de perda ao valor recuperável da EOL Energen tem base nos seguintes indicativos: produção abaixo da estimada pela Administração; redução da vida útil do ativo imobilizado e revisão da taxa de desconto. Houve o reconhecimento da perda por "impairment" no ativo imobilizado desta investida no montante total de R\$19.156. Em 2018 o Grupo não identificou indícios que pudessem indicar novas perdas ao valor recuperável de ativos.

a) Custo de remoção de imobilizado

Os parques eólicos não estão sujeitos a devolução ao poder concedente e não há obrigação legal de remover os equipamentos do local onde estão instalados. Apesar disso, o departamento de desenvolvimento de negócios reavaliou a abordagem da Companhia, e a partir desta data considera que a remoção da planta de energia do local instalado é necessária com o objetivo de retornar a área o máximo possível ao status original. Os gastos de desmobilização foram mensurados com base em estimativas e tem como base as informações disponíveis para os custos de desmontagem dos equipamentos e obras civis, inflacionados e descontados à taxa média de custo de capital de cada empreendimento.

O saldo de provisão para remoção de imobilizado é apresentado da seguinte forma:

	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
UEE Energen	3.129	3.011
UEE Macaúbas	2.584	2.487
UEE Novo Horizonte	2.215	2.130
UEE Seabra	2.215	2.130
Total	<u>10.143</u>	<u>9.758</u>

15. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

	Direito de softwares	Ágio	Mais valia de contratos	Uso do bem público	Outros intangíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	300	3.541	-	37.033	10.317	51.191
Custo histórico	513	3.541	-	50.990	31.449	86.493
Amortização acumulada	(213)	-	-	(13.957)	(21.132)	(35.302)
Adições	3.894	-	-	-	2.336	6.230
Baixas	-	-	-	-	(1.266)	(1.266)
Transferências	163	-	-	-	(163)	-
Amortização	(171)	-	-	(1.821)	(1.724)	(3.716)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>4.186</u>	<u>3.541</u>	<u>-</u>	<u>35.212</u>	<u>9.500</u>	<u>52.439</u>
Custo histórico	4.536	3.541	-	50.990	33.668	92.735
Amortização acumulada	(350)	-	-	(15.778)	(24.168)	(40.296)
Adições	4.908	-	-	-	24	4.932
Baixas custo	(3.179)	-	-	-	(4.212)	(7.391)
Baixas amortização	250	-	-	-	4.212	4.462
Amortização	(543)	-	-	(1.798)	(588)	(2.929)
Aquisição de controlada ao valor justo	945	42.773	76.419	702	1.879	122.718
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>6.567</u>	<u>46.314</u>	<u>76.419</u>	<u>34.116</u>	<u>10.815</u>	<u>174.231</u>
Custo histórico	7.210	46.314	76.419	51.692	31.360	212.995
Amortização acumulada	(643)	-	-	(17.576)	(20.545)	(38.764)
Taxa média amortização anual - %	<u>12,0</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3,5</u>	<u>10,0 a 20,0</u>	<u>-</u>

15.1. Testes de "impairment" para o ágio

No cenário do teste de "impairment" realizado, o Grupo considerou como unidades geradoras de caixa (UGCs) suas controladas e coligadas, tendo em vista que estas geram fluxos de caixa que podem ser identificados separadamente.

O ágio registrado contabilmente no montante de R\$46.314 (R\$3.541 em 2017) é alocado às UGCs Passos Maia Energética S.A. e Santa Fé Energia S.A, conforme quadro abaixo:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Passos Maia S.A.	3.541	3.541
Santa Fé Energia S.A.	<u>42.773</u>	<u>-</u>
	<u>46.314</u>	<u>3.541</u>

O valor recuperável das UGCs foi determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração até o período de vigência de cada concessão ou autorização. Os fluxos de caixa foram projetados considerando o período de concessão ou autorização da usina com base numa taxa de crescimento estipulada conforme previsão dos contratos de compra de energia. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do mercado.

Para a UGC Passos Maia, foram consideradas como premissas-chave aplicadas para cálculo do valor em uso a estimativa de geração para os períodos futuros, as previsões de custos operacionais, dispêndio anual para aquisição de imobilizado e a taxa de desconto. Segue resumo das premissas adotadas:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Volume de geração anual (GW/h)	99	120
Custos operacionais - R\$	4.471	3.600
Dispêndio anual para aquisição de imobilizado - R\$	288	552

O volume de geração é a média anual da geração no período previsto dos próximos 5 anos. Ele se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado.

Custos operacionais são os custos fixos e de manutenção das UGCs, que não variam de maneira significativa com os volumes de geração ou os preços. A administração estimou esses custos com base na estrutura atual dos negócios, ajustando-os aos aumentos inflacionários, e estes não refletem quaisquer reestruturações futuras ou medidas de economias de custo. Os valores divulgados acima são os custos operacionais médios para o período previsto de cinco anos.

O dispêndio anual para aquisição de imobilizado diz respeito à média de desembolsos de caixa esperados para manutenção da estrutura das usinas nos próximos 5 anos e se baseia na experiência histórica da administração. Nenhuma receita incremental ou economia de custo foi considerada no modelo de valor em uso como resultado desse dispêndio.

O ágio da PCH Passos Maia foi testado para os exercícios de 2018 e 2017, não havendo necessidade de contabilização de provisão para perda ao valor recuperável.

Para Santa Fé Energia S.A. foi considerado como teste de "impairment" a valorização realizada por consultores independentes para fins de alocação preliminar do preço de compra, qual demonstrou um valor superior aos valores justos dos ativos e passivos adquiridos e ágio demonstrados na nota 13.3 destas demonstrações financeiras.

16. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

A Companhia possui terras adquiridas com o intuito de investimento, que podem futuramente fazer parte de projetos de usinas hidrelétricas (ou pequenas centrais hidrelétricas) quais são parte de desenvolvimentos de estudos e projetos básicos, ou ainda serem negociadas com outras partes.

As movimentações nesta rubrica podem ser verificadas conforme abaixo:

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2017	16.177
Custo da venda de propriedade para investimento	<u>(680)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>15.497</u>

17. FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Fornecedores de materiais e serviços	4.931	3.281	7.224	6.031
Mercado de curto prazo a pagar	-	-	621	4.115
Mercado de curto prazo a pagar protegido por liminares	-	-	74.994	63.357
Saldo a liquidar referente contratos do PROINFA	-	-	47.833	34.361
	<u>4.931</u>	<u>3.281</u>	<u>130.672</u>	<u>107.864</u>

Conforme mencionado no contexto operacional (nota explicativa nº 1.1), as usinas hidrelétricas PCH Moinho e UHE Monel Monjolinho perderam a proteção pelas liminares do GSF, tendo os saldos devidos de fevereiro de 2018 em diante liquidados em 11 de dezembro de 2018.

18. FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Os financiamentos mantidos pelo Grupo são em sua totalidade oriundos dos financiamentos de construção das suas SPEs ou parta aquisição de ativos, e têm sua composição assim demonstrada:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Financiamento de obras - BNDES (i)	-	-	130.814	152.503
Financiamento de obras - BNB (ii)	-	-	218.103	231.198
Empréstimo - BNP (iii)	29.800	-	29.800	-
Debêntures (iv)	227.403	-	227.403	-
Total	<u>257.203</u>	<u>-</u>	<u>606.120</u>	<u>383.701</u>
Apresentados como:				
Passivo circulante	29.800	-	59.213	34.804
Passivo não circulante	227.403	-	546.907	348.897

(a) Financiamentos para construção de usinas hidroelétricas (BNDES)

Empresas	Vencimento	Encargos financeiros % a.a.	31.12.2018	31.12.2017
Monel Monjolinho Energética S.A.	Setembro de 2026	TJLP + 2,1	98.156	110.108
Moinho S.A.	Agosto de 2028	TJLP + 2,0	32.658	35.804
Esmeralda S.A. (*)	Março de 2019	TJLP + 3,5	-	6.591
Total			<u>130.814</u>	<u>152.503</u>

(*) O financiamento da subsidiária Esmeralda S.A. foi quitado em sua totalidade na data de 10 de agosto de 2018.

Os contratos de financiamentos para construção das usinas hidroelétricas possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNDES ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva (nota 9)" e "Movimento (centralizadora)". Adicionalmente, as referidas cláusulas estabelecem que as empresas: (i) não poderão distribuir dividendos ou pagar juros sobre o capital próprio cujo valor, isolada ou conjuntamente, exceda o valor do dividendo mínimo obrigatório, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro; (ii) não poderão constituir, sem prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro, qualquer gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia; (iii) não poderão ceder nem vincular em favor de outro credor, sem prévia anuência do BNDES ou do Agente Financeiro, a receita cedida e vinculada; e (iv) não emitir debêntures ou partes beneficiárias, nem assumir novas dívidas, sem a prévia autorização do BNDES ou do Agente Financeiro. Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobrás ou com terceiros; (iv) fiança prestada pela Statkraft Investimentos Ltda. e Statkraft Energias Renováveis S.A. (aplicável para a Esmeralda S.A.); (v) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita (nota 9)); (vi) contratação de carta de fiança bancária, no montante de R\$126.000, com vigência até 2027 (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A.) a qual foi retirada ainda no primeiro semestre de 2012, uma vez que o seu ICD exigido foi atingido em 31 de dezembro de 2011; e (vii) penhor dos contratos do projeto, especificamente EPC e O&M ou qualquer outro que outorgue direitos creditórios ao Projeto, que venha a ser firmado entre a Monel Monjolinho Energética S.A. e terceiros até a quitação integral das obrigações decorrentes do contrato de financiamento firmado. Em atendimento aos requerimentos do BNDES ou do Agente Financeiro foram firmados com o Unibanco S.A. (aplicável a Esmeralda S.A.), com o Banco do Brasil S.A. (aplicável a Monel Monjolinho Energética S.A. e Passos Maia Energética S.A.) e com o Banco Santander S.A. (aplicável a Moinho S.A.), os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente.

Até o presente momento todas as condições restritivas aos contratos de financiamentos ("covenants") vêm sendo atendidas. Abaixo são demonstrados os "covenants" financeiros para cada subsidiária:

Descrição do índice		Monel	Moinho
Patrimônio líquido/ativo total	Índice do contrato	25%	25%
	Índice atingido	32%	43%
Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD") (Consolidado)	Índice do contrato	1,3	1,2
	Índice atingido	2,6	2,8

(b) Financiamentos para construção de usinas eólicas (BNB)

Empresas	Vencimento	Encargos financeiros	31.12.2018	31.12.2017
		% a.a. (*)		
Macaúbas Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	79.762	84.402
Novo Horizonte Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	69.518	74.071
Seabra Energética S.A.	Julho de 2028	9,5	68.823	72.725
Total			<u>218.103</u>	<u>231.198</u>

(*) O contrato prevê Bônus de Adimplência Sobre Encargos de 25% sobre os encargos incidentes, desde que as prestações de juros ou de principal e juros sejam pagos até as datas dos respectivos vencimentos estipulados no contrato de financiamento. Uma vez respeitadas as condicionantes de pagamento, os encargos financeiros passarão de 9,5% a.a. para 7,125% a.a., cuja diferença será contabilizada como desconto financeiro.

Os contratos de financiamentos para as usinas eólicas possuem cláusulas que requerem que as empresas mantenham durante o período de amortização do contrato, entre outras obrigações: (i) seguro do projeto em termos satisfatórios para o BNB ou o Agente Financeiro, consignando cláusula especial em seu favor estabelecendo que a apólice não poderá ser cancelada ou sofrer alterações sem sua prévia e expressa anuência, sendo o credor de eventual indenização devida; (ii) manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, adotando medidas e ações destinadas a evitar e corrigir danos ao meio ambiente decorrentes do projeto; e (iii) firmar os contratos de cessão e vinculação da receita, administração de contas e outras avenças, o qual regula a cessão e vinculação (penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia), assim como o funcionamento das contas "Reserva" e "Movimento (centralizadora)". Em garantia dos contratos firmados foram oferecidas: (i) penhor das ações das sociedades detidas por todos os acionistas; (ii) penhor do direito de gerar energia elétrica, assim como de todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis; (iii) penhor dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados com a Eletrobrás ou com terceiros; (iv) constituição da conta reserva (aplicação financeira restrita (nota 9)); (v) contratação de seguro garantia de conclusão de obra, na modalidade Completion Bond, com validade até seis meses após a entrada em operação comercial do empreendimento; (vi) contratação de fiança bancária, representando 50% do valor do saldo devedor do financiamento, com vigência mínima de dois anos, renovável sucessivamente e mantida por, pelo menos, 12 meses após o início do fluxo de recebíveis transitando pela conta centralizadora dos contratos de venda de energia. Em atendimento aos requerimentos do BNB foram firmados com o próprio BNB os contratos de cessão e vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, como mencionados anteriormente.

Até o presente momento todas as condições restritivas aos contratos de financiamentos ("covenants") com o BNB vêm sendo atendidas.

Na data deste relatório, o Grupo vem atendendo aos pré-requisitos dos contratos de financiamentos mencionados nos itens (a) e (b) acima, bem como acompanha periodicamente a evolução dos índices das cláusulas restritivas, os quais foram atendidos.

(c) Empréstimo ponte - BNP

A Companhia fechou um empréstimo ponte no valor de R\$30.000 na data de 20 de dezembro de 2018 junto ao Banco BNP Paribas S.A. com a finalidade de financiar a compra de ações das empresas Tamar PCH e Santa Fé. Esse empréstimo de curto prazo possui vencimento em 20 de setembro de 2019 e taxa fixa de 6,273% ao ano. Os juros remuneratórios devem ser pagos no vencimento do empréstimo, atualizados pelo impacto do IR sobre remessa ao exterior o qual eleva a taxa para um índice final de 7,38% ao ano.

(d) Debêntures

Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia emitiu 230.000 debêntures não conversíveis em ações com garantia real a ser convolada em espécie quirografária, valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), e prazo de vencimento de 5 anos. Conforme previsto na escritura de emissão, as principais características podem ser assim apresentadas:

(i) Garantias

Cessão fiduciária conta vinculada liquidação

Deverão ser mantidos em conta vinculada o montante de R\$150.000 que serão utilizados exclusivamente para a realização do resgate antecipado total da 1ª emissão de debêntures da controlada Tamar PCH, emitidas em 26 de dezembro de 2017.

Cessão fiduciária direitos creditórios

Direitos creditórios decorrentes de contratos de venda de energia da Tamar PCH, suficientes para cobrir o mínimo de 100% do Valor Nominal Unitário, acrescido da remuneração calculada "pro rata temporis" das debêntures desde a primeira data de integralização ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a conclusão do processo de incorporação da Tamar PCH pela Companhia, sendo tais contratos e as demais características relevantes identificados e descritos no contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios.

Em 28 de dezembro de 2018, o resgate antecipado de 150.000 foi realizado cumprindo o primeiro critério das garantias previstas.

(ii) Juros remuneratórios

Sobre o valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da taxa DI, acrescida de sobretaxa de 0,95% ao ano calculados de forma exponencial e cumulativa "pro rata temporis", por dias úteis decorridos, desde a primeira taxa de integralização ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

A movimentação dos financiamentos do Grupo pode ser assim demonstrada:

	<u>Consolidado</u>
Em 1º de janeiro de 2017	473.868
Pagamento de principal	(90.151)
Pagamento de juros	(36.594)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	36.578
Em 31 de dezembro de 2017	<u>383.701</u>
Emissão de debêntures	230.000
Contratação de empréstimo ponte	30.000
Aquisição de controlada no exercício	155.813
Pagamento de principal	(185.600)
Pagamento de juros	(32.731)
Custos e encargos financeiros apropriados ao resultado	24.937
Em 31 de dezembro de 2018	<u>606.120</u>
	<u>Controladora</u>
Em 1º de janeiro de 2018	-
Emissão de debêntures	230.000
Contratação de empréstimo ponte	30.000
Pagamento de encargos	(3.247)
Custos e encargos financeiros apropriados ao resultado	450
Em 31 de dezembro de 2018	<u>257.203</u>

A controladora não possuiu movimentação de empréstimos e/ou financiamentos para os períodos apresentados.

Abaixo é demonstrado o fluxo de vencimento das parcelas apresentadas no longo prazo:

<u>Em 31 de dezembro de 2018</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>Após 2023</u>	<u>Total</u>
Monel Monjolinho Energética S.A.	12.665	12.665	12.665	12.665	34.830	85.349
Moinho S.A.	3.378	3.378	3.378	3.378	15.766	29.222
Macaúbas Energética S.A.	8.323	8.323	8.323	8.323	38.148	75.171
Novo Horizonte Energética S.A.	7.254	7.254	7.254	7.254	33.248	64.801
Seabra Energética S.A.	7.182	7.182	7.182	7.182	32.915	64.961
Statkraft Energias Renováveis S.A.	-	75.770	75.770	75.862	-	227.403
Total	<u>38.802</u>	<u>114.572</u>	<u>114.572</u>	<u>114.664</u>	<u>154.907</u>	<u>546.907</u>
<u>Em 31 de dezembro de 2017</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>Após 2022</u>	<u>Total</u>
Monel Monjolinho Energética S.A.	12.500	12.500	12.500	12.500	47.217	97.217
Moinho S.A.	3.334	3.334	3.334	3.334	19.008	32.344
Esmeralda S.A.	1.326	-	-	-	-	1.326
Macaúbas Energética S.A.	5.208	5.819	6.473	7.173	55.131	79.804
Novo Horizonte Energética S.A.	4.200	4.557	5.996	6.777	47.819	69.349
Seabra Energética S.A.	4.397	4.926	5.493	6.101	47.940	68.857
Total	<u>30.965</u>	<u>31.136</u>	<u>33.796</u>	<u>35.885</u>	<u>217.115</u>	<u>348.897</u>

19. CONCESSÕES A PAGAR

Refere-se integralmente à obrigação a pagar decorrente do contrato de concessão firmado com a ANEEL para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Monel, ajustado a valor presente, considerando a taxa de juros de 9,50% ao ano. A correspondente obrigação é paga em parcelas mensais, atualizadas anualmente com base na variação do IGPM, calculado pela Fundação Getúlio Vargas. A primeira parcela teve seu vencimento em setembro de 2009, data de início da operação comercial da usina, e a última terá seu vencimento em abril de 2037.

O saldo proveniente da aquisição de controladas compreende a outorga concedida às PCHs Alegre, Fruteiras, Jucu e Rio Bonito, pelo prazo de cinco anos contados a partir de 17 de julho de 2014, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$647. Em relação ao potencial hidrelétrico da UHE Suíça, a Companhia

recolhe à União, pelo prazo de cinco anos contados a partir de 09 de julho de 2014, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$675. Ambos são corrigidos anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2017	74.118
Pagamentos realizados	(7.297)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	5.987
Em 31 de dezembro de 2017	72.808
Pagamentos realizados	(8.035)
Encargos financeiros apropriados ao resultado	13.508
Aquisição de controlada no exercício	1.033
Em 31 de dezembro de 2018	79.314
Apresentados como:	
Passivo circulante	10.421
Passivo não circulante	68.893

20. TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
PIS a recolher	330	160	1.371	1.448
COFINS a recolher	1.529	740	6.349	6.692
ISS a recolher	495	240	495	240
Tributos retidos a recolher	37	115	626	384
Tributos sobre importação	38	-	38	-
Outros tributos a recolher	11	25	168	1.339
Total	2.440	1.280	9.047	10.103
Apresentados como:				
Passivo circulante	2.440	1.280	7.840	9.090
Passivo não circulante	-	-	1.207	1.013

21. OUTROS PASSIVOS (CONSOLIDADO)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Provisão para compensação ambiental	-	-	3.117	1.690
P&D (ANEEL) a pagar	-	-	2.481	2.183
Arrendamento de terras	-	-	8.182	7.045
Outras contas a pagar	145	-	7.681	4.215
Total	<u>145</u>	<u>-</u>	<u>21.461</u>	<u>15.133</u>
Apresentados como:				
Passivo circulante	145	-	11.819	5.940
Passivo não circulante	-	-	9.642	9.193

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social da Companhia subscrito e integralizado está representado por 218.370.694 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (143.347.224 em 31 de dezembro de 2017) e distribuído conforme quadro de acionistas a seguir:

Acionistas	Quantidade de ações ordinárias	% do Capital Social
Statkraft Investimentos Ltda.	177.552.601	81,31
FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais	40.818.093	18,69
	<u>218.370.694</u>	<u>100,00</u>

Em 14 de dezembro de 2018 foi deliberada a subscrição de 75.023.470 ações ordinárias nominativas compondo um aumento de capital de R\$ 420.545, integralizada em 20 de dezembro de 2018 por meio de caixa, sendo R\$ 341.936 pela Statkraft Investimentos Ltda. e R\$ 78.709 pela FUNCEF. A integralização dos acionistas ocorreu na proporção da participação no capital social na data da integralização. O capital autorizado em 31.12.2018 é de R\$1.133.384.

b) Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, serão destinados para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

O cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios pode ser assim demonstrado:

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Lucro líquido do exercício	74.632	8.401
Reversão de prejuízos acumulados	-	-
Constituição da reserva legal	<u>(3.732)</u>	<u>(420)</u>
Base de cálculo	70.900	7.981
Dividendo mínimo - %	25	25
Dividendos mínimos obrigatórios destinados	<u>17.725</u>	<u>1.996</u>
Dividendos propostos por ação - em R\$	120,708	13,924

A movimentação do saldo de dividendos no passivo e patrimônio líquido da conta de Dividendos a pagar pode ser assim demonstrada:

	<u>Controladora e consolidado</u>
	<u>31.12.2018</u>
Em 31 de dezembro de 2016	-
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	<u>1.996</u>
Em 31 de dezembro de 2017	1.996
Dividendos adicionais distribuídos	21.316
Pagamento de dividendos	(23.312)
Dividendos mínimos obrigatórios distribuídos	<u>17.725</u>
Em 31 de dezembro de 2018	<u>17.725</u>

Os dividendos adicionais distribuídos foram pagos em sua totalidade na data de 27 de abril de 2018, sendo R\$18.954 pagos a acionista Statkraft Investimentos Ltda. e R\$4.358 compensados com valores devidos a título de mútuo firmado com o acionista FUNCEF.

c) Reservas de lucros

Abaixo é demonstrado o detalhamento do saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2018:

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Reserva legal (i)	4.152
Reserva de retenção de lucros (ii)	<u>53.175</u>
Total	<u>57.327</u>

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(ii) Reserva de retenção de lucros

Constitui a reserva de lucros com o saldo de lucros remanescentes não distribuídos no exercício.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo apresentado na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" refere-se aos ganhos ou perdas não realizados dos instrumentos financeiros patrimoniais mantidos ao valor justo, e mensurados por meio de outros resultados abrangentes, e representam a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo mensurado para a data de cada demonstração financeira, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos.

23. RECEITA LÍQUIDA

Abaixo a apresentação das receitas de acordo com CPC 47 - "Receita de Contrato" com cliente, desagregadas de acordo com o tipo de contrato.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Prestação de serviços:	10.207	12.476	1.167	3.647
Tributos sobre a prestação de serviços	(1.199)	(1.466)	(137)	(140)
	<u>9.008</u>	<u>11.010</u>	<u>1.030</u>	<u>3.507</u>
Contrato de Energia de Reserva - CER	-	-	101.371	100.256
Contrato de Compra de Energia Regulada - CCEAR	-	-	97.650	127.321
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	-	-	113.186	85.429
Contrato Ambiente de Contratação Livre - ACL	-	-	19.809	14.338
Tributos sobre a venda de energia elétrica	-	-	(18.500)	(20.043)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>313.516</u>	<u>307.301</u>
Receita líquida	<u>9.008</u>	<u>11.010</u>	<u>314.546</u>	<u>310.808</u>

Outras informações contratuais são apresentadas no contexto operacional deste relatório.

24. CUSTOS E DESPESAS

a) Custos do fornecimento de energia e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Compra de energia elétrica no mercado de curto prazo	-	-	(48.977)	(88.384)
Depreciação e amortização	-	-	(64.243)	(58.951)
Salários e encargos sociais	(3.765)	(5.827)	(3.801)	(11.120)
Encargos setoriais	-	-	(9.465)	(10.221)
Seguros fianças e comissões	-	-	(6.410)	(6.188)
Serviços de terceiros	-	-	(7.698)	(5.836)
Viagens e estadias	-	(55)	-	(56)
Outros	-	(66)	(1.061)	(2.314)
	<u>(3.765)</u>	<u>(5.948)</u>	<u>(141.655)</u>	<u>(183.070)</u>

b) Gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Serviços de terceiros	(5.982)	(9.301)	(12.865)	(9.759)
Serviços de partes relacionadas	(161)	(868)	(141)	(1.024)
Salários e encargos sociais	(8.157)	(3.270)	(15.201)	(11.230)
Remuneração dos administradores	(5.437)	(6.792)	(6.524)	(6.792)
Encargos setoriais	(26)	-	(4.901)	(3.043)
Viagens e estadias	(2.399)	(1.620)	(2.992)	(2.124)
Aluguel	(503)	(959)	(1.500)	(1.534)
Impostos e taxas	(456)	(86)	(1.550)	(1.120)
Participação nos Resultados	(285)	(626)	(551)	(953)
Propaganda e publicidade	(174)	(129)	(489)	(436)
Seguros fianças e comissões	(37)	-	(37)	(57)
Penalidades	-	(65)	-	(151)
Depreciação e amortização	(517)	(627)	(517)	(627)
Estudos em desenvolvimento	(10.196)	(329)	(10.196)	(329)
Perdas em outros ativos	-	(3.049)	-	(3.053)
Materiais	-	-	(1.236)	(1.413)
Outros	(1.136)	(1.247)	(4.007)	(2.758)
	<u>(35.466)</u>	<u>(28.968)</u>	<u>(62.707)</u>	<u>(46.403)</u>

c) Outras (despesas) receitas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Provisão para perda ao valor recuperável de ativos	-	-	-	(12.754)
Lucros cessantes e danos materiais	-	-	2.620	2.869
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(2.531)	(44.069)	(1.887)	(47.041)
Provisões pré-operacionais	-	-	1.409	-
Outras receitas e despesas operacionais	3	1.141	(170)	787
	<u>(2.528)</u>	<u>(42.928)</u>	<u>1.971</u>	<u>(56.139)</u>

O resultado consolidado de provisões para contingências de 2017 se refere ao saldo líquido de movimentação dos saldos de provisões para contingências e condenações, tendo como causa mais relevante o acordo referente ao caso da BBE Brasil Bioenergia.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Despesas financeiras:				
Com financiamentos	(449)	(262)	(28.178)	(36.578)
Comissão de fiança e garantias	(59)	(76)	(103)	(325)
IOF, multas e juros sobre tributos	(1.588)	(1.478)	(1.622)	(2.454)
Variação cambial passiva	(9)	(48)	(233)	(229)
Despesas financeiras sobre concessões a pagar	-	-	(13.601)	(5.986)
Juros sobre contrato de mutuo	(1.658)	(11.168)	(1.658)	(11.168)
Provisão para perda ao valor recuperável de ativos financeiros	(1.017)	(2.101)	(1.017)	(2.101)
Outras despesas financeiras	(73)	(156)	(863)	791
	<u>(4.853)</u>	<u>(15.289)</u>	<u>(47.275)</u>	<u>(58.050)</u>

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	6.825	6.232	18.137	19.769
Variação cambial ativa	231	637	571	646
Receita de atualização de contrato de energia	-	-	-	1.754
Juros sobre contrato de mutuo	671	-	272	-
Outras receitas financeiras	1.682	579	2.089	1.109
	<u>9.409</u>	<u>7.448</u>	<u>21.069</u>	<u>23.278</u>
	<u>4.556</u>	<u>(7.841)</u>	<u>(26.206)</u>	<u>(34.772)</u>

26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Para o período em curso

Para fins de apuração de impostos, a controladora SKER, assim como suas controladas Monel Monjolinho Energética S.A. e Tamar Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A. optaram pela apuração do resultado tributável observando o regime do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidentes sobre o resultado tributável.

A reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social pode ser demonstrada conforme quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	79.440	(8.945)	96.563	2.139
Adições ao lucro líquido para apuração do Lucro Real	909	13	918	159
Receita de dividendos não tributáveis	(4.932)	(14.305)	(4.932)	(14.305)
Equivalência patrimonial	(100.739)	(51.425)	(5.682)	2.590
	<u>(25.322)</u>	<u>(74.662)</u>	<u>86.867</u>	<u>(9.417)</u>
Alíquota nominal combinada do IR e CSLL %	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	8.610	25.385	(29.535)	3.202
Resultado da diferença da tributação pelo lucro presumido para controladas	-	-	25.333	8.222
Exclusão dos tributos diferidos sem perspectiva de realização	(15.555)	(25.409)	(15.555)	(25.452)
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias não reconhecidos	1.913	-	(2.422)	-
Reconhecimento de tributos diferidos sobre prejuízo fiscal de períodos anteriores	-	20.373	-	20.373
Reconhecimento de tributos contingentes	-	-	-	2.896
Diferença de alíquota adicional de imposto de renda	24	24	48	48
Encargo no resultado do período	<u>(5.008)</u>	<u>20.373</u>	<u>(22.131)</u>	<u>9.289</u>
	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	-	-	(17.123)	(11.946)
Diferido	(5.008)	20.373	(5.008)	21.235
	<u>(5.008)</u>	<u>20.373</u>	<u>(22.131)</u>	<u>9.289</u>

b) Composição de créditos fiscais

A Companhia reconheceu no resultado do período de 2017 R\$19.683, em ativo fiscal diferido decorrente de créditos de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL, cujo saldo foi destinado a amortização de débitos fiscais de suas controladas, em face de disposições fiscais vigentes - Programa de Regularização Tributária - PRT - MP nº 766, de 4 de janeiro de 2017, e IN nº 1.687, de 31 de janeiro de 2017, doravante substituída pela MP nº 783, de 31 de maio de 2017 - Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, e IN nº 1.711, de 16 de junho de 2017. O valor da dívida declarado, compensado e quitado pelas controladas, depende do processo de confirmação dos créditos fiscais a serem homologados pela Receita Federal do Brasil. Adicionalmente, em 31 de outubro de 2017, a sua controlada Energen Energias Renováveis S.A., aderiu ao programa de parcelamento de tributos federais (PERT), através da Lei nº 13.496 compensando saldos negativo no montante de R\$180. Abaixo o detalhamento das controladas que utilizaram os créditos fiscais da controladora:

	Créditos fiscais reconhecidos
Statkraft Energias Renováveis S.A.	39
Novo Horizonte Energética S.A.	7.369
Seabra Energética S.A.	7.256
Macaúbas Energética S.A.	5.019
Energen Energias Renováveis S.A.	180
Total - créditos de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL, utilizado no Programa de Regularização Tributária - PRT	<u>19.863</u>

c) Saldos patrimoniais de imposto renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo financeiros, e podem ser demonstrados da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Diferenças temporárias advindas de combinação de negócios	(42.773)	-	-	-
Diferenças temporárias sobre ajuste ao valor justo de investimentos	(14.202)	(19.210)	(14.202)	(19.210)
Diferenças temporárias sobre depreciação, amortização e provisões	-	-	13.726	12.776
Prejuízos fiscais recuperáveis	14.202	19.210	14.202	19.210
Saldos tributos diferidos ativo (passivo)	<u>(42.773)</u>	<u>-</u>	<u>13.726</u>	<u>12.776</u>

A Companhia realizou estudo de recuperabilidade de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais em 2018, constituindo ativos diferidos no montante de R\$ 14.202, com base na expectativa de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos impostos diferidos ativos da controladora compreende o período de 2019 a 2025.

Além dos tributos apresentados para controladora, o grupo constituiu impostos diferidos sobre diferenças temporárias referentes a diferenças de taxas de depreciação, amortização e provisões. A expectativa de realização do total de impostos diferidos se estende até o prazo de concessão de cada concessão ou autorização das companhias cujas diferenças temporárias são registradas.

27. SEGUROS

a) Seguros de responsabilidade dos administradores (D&O)

A Companhia é segurada na responsabilidade de seus administradores em apólice com vigência até 31 de dezembro de 2018.

b) Seguros de riscos operacionais

A Companhia também possui seguro contratado para Riscos Operacionais para suas usinas, visando a cobertura para eventuais danos materiais e lucros cessantes, com valores em risco e limites de indenização adequados a continuidade de suas operações.

c) Seguro de responsabilidade civil

Adicionalmente, a companhia possui seguro de responsabilidade civil para suas usinas.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas não possuem quaisquer outras operações com instrumentos financeiros que não estejam refletidos nas informações financeiras intermediárias de 31 de dezembro de 2018.

A Companhia e suas controladas operam com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores, financiamentos, concessões a pagar e mútuos com partes relacionadas.

28.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria do Grupo Statkraft, segundo ainda as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da mesma. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global bem como para áreas específicas como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

Considerando que o Grupo não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia não são, substancialmente, afetados pelas mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco associado é oriundo apenas da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que venham aumentar as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez e o risco de o Grupo não vir a dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área de Tesouraria.

c) Risco de crédito

O risco de crédito da Companhia está atualmente concentrado nos contratos de venda de energia no mercado regulado (ACR), cabendo uma pequena parcela da energia vendida no mercado livre (ACL). Os contratos regulados são padronizados, incluindo os mecanismos de garantia neles previsto. Por outro lado, as contrapartes no mercado livre passam por criteriosa avaliação de crédito feita pela Companhia onde é definida a classificação de risco, garantias requeridas e limites para operação. Atualmente a Companhia possui em sua carteira no mercado livre somente contrapartes com excelente avaliação de crédito.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros (não derivativos) do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

	Controladora	Consolidado			
	Menos de um ano	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018:					
Fornecedores nacionais	4.931	130.672	-	-	-
Financiamentos e debêntures	29.800	68.802	154.241	230.969	154.906
Partes relacionadas	52.893	52.909	-	-	-
Concessões a pagar	-	9.388	17.787	20.350	30.755
Dividendos a pagar	17.725	17.725	-	-	-
Provisão para remoção de imobilizado	-	-	-	-	10.143
Em 31 de dezembro de 2017:					
Fornecedores nacionais	509	5.038	-	-	-
Financiamentos	-	34.804	62.102	69.681	217.114
Partes relacionadas	54.207	54.207	-	-	-
Concessões a pagar	-	7.965	17.160	18.847	28.146
Dividendos a pagar	1.996	-	-	-	-
Provisão para remoção de imobilizado	-	-	-	-	9.758

A Companhia entende não haver riscos significativos de liquidez.

d) Risco de vencimento antecipado do financiamento

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritiva, presentes nos contratos de financiamento firmados com o BNDES e BNB (nota explicativa nº 18), as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. A administração monitora regularmente estes índices financeiros, com o objetivo de tomar as ações necessárias para garantir que os contratos de financiamentos não tenham seu vencimento antecipado.

e) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, demonstramos, a seguir, quadro ilustrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os efeitos sobre as variações monetárias, bem como sobre as despesas financeiras apuradas sobre o cenário projetado para 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, caso tais variações nos componentes dos riscos identificados ocorressem.

Simplificações financeiras foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas informações financeiras intermediárias. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode gerar um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

(i) Metodologia utilizada

A partir dos saldos dos valores expostos, conforme demonstrado nas tabelas a seguir e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, apurou-se o diferencial de juros para cada um dos cenários projetados.

Na avaliação dos valores expostos ao risco de taxa de juros, consideramos apenas os riscos para as informações financeiras, ou seja, foram isolados e excluídos os fatores de juros prefixados por não apresentarem riscos às informações financeiras intermediárias por conta de variações nos cenários econômicos.

O cenário provável está baseado nas expectativas da Companhia, que por sua vez estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Banco BTG Pactual S.A., na data de 31 de dezembro de 2018, para cada uma das variáveis indicadas. As taxas de juros estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, na data de 31 de dezembro de 2018. Adicionalmente, as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para 30 de dezembro de 2018.

(ii) Fator de risco para mudança na taxa de juros (consolidado)

		Variações adicionais no saldo contábil (*)						
Fator de risco		Valores expostos em 2018	Valores expostos em 2017	-50%	-25%	Cenário provável	25%	50%
Aplicações financeiras	CDI	244.626	179.157	7.828	11.742	15.656	19.570	23.484
Aplicações financeiras restritas	CDI	43.021	42.914	1.377	2.065	2.753	3.442	4.130
Empréstimos e financiamentos	CDI	(280.154)	-	(8.965)	(13.447)	(17.930)	(22.412)	(26.895)
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(134.482)	(152.502)	(4.693)	(7.040)	(9.387)	(11.734)	(14.080)
Impacto líquido	CDI	<u>(126.989)</u>	<u>69.569</u>	<u>(4.064)</u>	<u>(6.095)</u>	<u>(8.127)</u>	<u>(10.159)</u>	<u>(12.191)</u>
Taxas consideradas - % ao ano	CDI	6,40%	9,93%	3,20%	4,80%	6,40%	8,00%	9,60%
Taxas consideradas - % ao ano	TJLP	6,98%	7,00%	3,49%	5,24%	6,98%	8,73%	10,47%

f) Estimativa do valor justo

Considera-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, financiamentos e debêntures, concessões a pagar, demonstrados a valor contábil, menos a perda ("impairment"), quando aplicável, venham a estar próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- (i) Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- (ii) Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- (iii) Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

<u>Em 30 de dezembro de 2018</u>	<u>Consolidado</u>		
	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Saldo total</u>
Ativo:			
Aplicação financeira restrita	43.021	-	43.021
Investimentos ao valor justo (*)	-	48.686	48.686
Total do ativo	<u>43.021</u>	<u>48.686</u>	<u>91.707</u>

<u>Em 30 de dezembro de 2017</u>	<u>Consolidado</u>		
	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Saldo total</u>
Ativo:			
Aplicação financeira restrita	42.914	-	42.914
Investimentos ao valor justo (*)	-	63.416	63.416
Total do ativo	<u>42.914</u>	<u>63.416</u>	<u>106.330</u>

- (*) A Companhia possui investimentos nas empresas Ceran - Companhia Energética Rio das Antas S.A. na ordem de 5% e Dfesa - Dona Francisca Energética S.A. na ordem de 2,12%, nas quais não tem influência significativa e são registrados a valor justo nos respectivos montantes de R\$40.824 e R\$7.861 (R\$55.080 e R\$8.336 em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia preparou os fluxos de caixa futuros para a avaliação do valor de seu investimento considerando como fim a data de finalização do contrato de concessão. Existe a possibilidade de prorrogação do prazo de concessão desta Companhia investida por mais 20 anos após o encerramento do primeiro período de concessão, entretanto é necessário à autorização de terceiros para a renovação da concessão. Assim a possível prorrogação pode acarretar em valores diferentes dos atuais registrados.

g) Instrumentos financeiros por categoria (consolidado)

	Consolidado			Total
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	
<u>31 de dezembro de 2018</u>				
Ativos, conforme o balanço patrimonial:				
Caixa e equivalentes de caixa	261.171	-	-	261.171
Contas a receber de clientes	-	161.789	-	161.789
Partes relacionadas	2.352	-	-	2.352
Repactuação do risco hidrológico	-	8.351	-	8.351
Aplicação financeira restrita	43.021	-	-	43.021
Investimentos ao valor justo	-	-	48.686	48.686
Propriedades para investimento	15.497	-	-	15.497
	<u>322.041</u>	<u>170.140</u>	<u>48.686</u>	<u>540.867</u>

	Consolidado			Total
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado	Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	
<u>31 de dezembro de 2017</u>				
Ativos, conforme o balanço patrimonial:				
Caixa e equivalentes de caixa	183.324	-	-	183.324
Contas a receber	-	93.475	-	93.475
Partes relacionadas	6.445	-	-	6.445
Repactuação do risco hidrológico	-	5.703	-	5.703
Aplicação financeira restrita	42.914	-	-	42.914
Investimentos ao valor justo	-	-	63.416	63.416
Propriedades para investimento	16.177	-	-	16.177
	<u>248.860</u>	<u>99.178</u>	<u>63.416</u>	<u>411.454</u>

	Consolidado			Total
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado		
<u>31 de dezembro de 2018</u>				
Passivo, conforme o balanço patrimonial:				
Fornecedores	-	130.672	-	130.672
Financiamentos e debêntures	-	606.120	-	606.120
Partes relacionadas	-	52.909	-	52.909
Concessão a pagar	-	79.314	-	79.314
Provisão para remoção de imobilizado	10.143	-	-	10.143
	<u>10.143</u>	<u>869.015</u>	-	<u>879.158</u>

	Consolidado			Total
	Ao valor justo por meio do resultado	Ao custo amortizado		
<u>31 de dezembro de 2017</u>				
Passivo, conforme o balanço patrimonial:				
Fornecedores	-	107.864	-	107.864
Financiamentos	-	383.701	-	383.701
Partes relacionadas	-	53.331	-	53.331
Concessão a pagar	-	72.808	-	72.808
Provisão para remoção de imobilizado	9.758	-	-	9.758
	<u>9.758</u>	<u>617.704</u>	-	<u>627.462</u>

24. OUTROS RISCOS OPERACIONAIS

a) Risco hidrológico

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas. De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da quantidade de energia elétrica e potência efetivamente comercializada por elas, limitada à energia assegurada, cuja quantidade é fixa e determinada pelo poder concedente, constando da respectiva autorização e suas alterações subsequentes emitidas pelo mesmo.

As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, cujo principal propósito é mitigar os riscos hidrológicos assegurando que todas as usinas participantes recebam pela quantidade comercializada da energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada.

Tendo em vista que o MRE está suscetível a déficit de energia (geração do MRE inferior a garantia física do MRE) foi criado o Fator de Ajuste da Garantia Física, ou "Generation Scaling Factor - GSF", o qual reduz a garantia física de todas as usinas pertencentes ao MRE. Deste modo, as usinas precisam comprar energia no curto prazo, valorada ao PLD, para honrar seus contratos de fornecimento de energia.

Com o intuito de mitigar/extinguir esta exposição a Lei nº 13.203/15 sancionou a repactuação do risco hidrológico a qual as usinas PCH Esmeralda, PCH Santa Rosa e PCH Santa Laura aderiram e repactuação na modalidade de proteção de 100% extinguindo assim o risco de GSF.

Além do mais, é possível a saída e regresso de usinas do MRE (dentro dos prazos e para determinadas usinas), onde as usinas não participantes destes mecanismos devem produzir mensalmente a garantia física alocada para o mês em questão. Verificando esta possibilidade a empresa adotou a estratégia de saída e regresso das usinas de seu portfólio do MRE. PCH Moinho e PCH Passos Maia saíram do MRE em julho de 2015 e regressaram em junho de 2016, já as PCHs Santa Laura e Esmeralda saíram em julho de 2016 e retornaram em julho de 2017.

b) Risco da não prorrogação da autorização ou concessão

A Companhia possui autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica. Caso a prorrogação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos. Não há garantia de que a autorização hoje outorgada a Companhia será, por ocasião de seu vencimento, prorrogada pelo poder concedente.

25. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem processos trabalhistas, tributários e cíveis. Os valores provisionados são:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Processos trabalhistas	384	3.060	413	3.060
Processos tributários	3.561	1.386	3.561	2.220
Processos cíveis	10.349	10.269	16.840	18.027
	<u>14.294</u>	<u>14.715</u>	<u>20.814</u>	<u>23.307</u>

A movimentação dos saldos provisionados é assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2017	14.715	23.307
Adição	486	973
Reversão	(907)	(3.466)
Em 31 de dezembro de 2018	<u>14.294</u>	<u>20.814</u>

Em 2017, a Companhia vinha discutindo judicialmente execuções de sentença arbitral referente integralizações não realizadas na BBE Brasil Bioenergia (valores devidos e honorários advocatícios). Em razão de nossas impugnações terem sido conhecidas, porém indeferidas, nos vimos obrigados, em junho de 2017, a depositar a totalidade do montante devido à Exequente. A fim de reduzir o montante condenatório e pôr fim a todas as execuções, as Partes chegaram a acordo em agosto de 2017, encerrando os processos pelo valor de 51,3 milhões de reais.

Processos investigativos e contingências possíveis

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Processos investigativos

- Como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da SKER, em 13 de julho de 2015, o Grupo realizou uma investigação interna relacionada a esta subsidiária, sendo que o verificado durante a mesma foi informado às autoridades competentes. Até o momento não é possível estimar se haverá potenciais impactos negativos para a Companhia.
- A Companhia e diversos outros réus são Parte em ação civil pública ajuizada pela Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da FUNCEF ("ANIPA") que tem por objetivo reconhecer supostos prejuízos causados aos participantes da citada Associação por má administração dos recursos pela FUNCEF. O montante requerido na ação é de R\$8,2 bilhões, inexistindo individualização de valores por réu. Neste momento, fase inicial de instrução processual, não é possível estimar se haverá qualquer impacto para a Companhia, tampouco o valor aproximado de condenação, caso haja. Desta forma o processo remanesce classificado com a avaliação de risco possível, e ilíquida.

- (c) Com relação ao Procedimento de Investigação Criminal nº 1.16.000.000993.2016-70 ("Operação Greenfield - caso FIP CEVIX"), conduzida pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal em Brasília/DF, foi reconhecida a inexistência de qualquer relação dos fatos investigados com a Statkraft Energias Renováveis S.A., sendo este procedimento encerrado em relação a esta em 25 de agosto de 2017, conforme decisão judicial.

A Companhia é ré, entre outros, na ação civil pública cumulada com ação por ato de improbidade administrativa ajuizada inicialmente pelo Ministério Público Federal, e atualmente pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina (em razão de declínio de competência), em virtude de supostos atos de improbidade administrativa na obtenção das licenças ambientais de instalação de usinas eólicas do Parque de Água Doce, no valor histórico de R\$1,3 bilhão. Esta ação judicial tem avaliação de perda possível indicada pelos seus patronos, sendo, contudo, ilíquida para a fase processual em que se encontra o processo.

Os demais passivos contingentes com probabilidade de perda considerada possível são apresentados a seguir:

	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Trabalhistas	487	467
Fiscais	2.011	482
Cíveis	1.632	1.069
	<u>4.130</u>	<u>2.018</u>

26. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido (ou prejuízo) disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o período. A Companhia não tem categorias de ações ordinárias com potenciais com efeitos diluidores e por isso o resultado do lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	74.632	8.401	74.632	8.401
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	146.841	143.347	146.841	143.347
Lucro por ação	<u>0,50825</u>	<u>0,05861</u>	<u>0,50825</u>	<u>0,05861</u>

27. TRANSAÇÃO NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o exercício de 2018 o grupo realizou a seguinte atividade de investimento não envolvendo caixa, portanto esta não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

Em 27 de abril de 2018 a Controladora liquidou dividendos com seus acionistas, onde o montante de R\$4.358 foi liquidado com abatimento parcial do saldo de mútuo entre a Controladora e seu acionista FUNCEF.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 23 de janeiro de 2019 a controlada direta Monel reduziu seu capital social em R\$14.000 por meio de redução de caixa. A transação recebeu as devidas anuências da ANEEL e do BNDES.
